D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 2024
Secretaria de Comunicação
Ano XX Edição Nº 2184
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

Instituto José Miguel distribui cestas de alimentos e brinquedos para famílias de Mangaratiba

O Instituto José Miguel, em parceria com a Prefeitura de Mangaratiba, alegrou o natal de muitas famílias da cidade. A instituição promoveu na manhã desta quarta-feira (11) mais uma edição do tradicional 'Natal Solidário'. No evento, foram distribuídas cestas básicas e de natal, além de brinquedos para as crianças. Mais de 230 famílias foram contempladas pela ação.

Neste ano, o Instituto José Miguel realizou um cadastro prévio e distribuiu senhas para famílias atendidas pela instituição. Cada representante familiar recebeu uma cesta básica ou de natal, e um presente para cada criança. O método agilizou os atendimentos e organizou a entrega. Além dos previamente cadastrados, outras dezenas de pessoas também foram contempladas pela ação.



A Presidente do Instituto, Sandra Mara, agradeceu o apoio dos parceiros e doadores que viabilizaram a realização do Natal Solidário.

"É com muita satisfação que finalizamos o Natal Solidário de 2024. Diversas famílias foram agraciadas e com certeza a ação mudou para melhor o fim de ano desses moradores. Gostaria de expressar minha gratidão ao Prefeito Alan Bombeiro, por abraçar o nosso projeto e oferecer todo o apoio necessário para que ele pudesse acontecer. Agradeço também as empresas Vale e Gmaia Construtora pelas doações feitas", finalizou a Presidente.

D.O.M.

Diário Oficial do Município de Mangaratiba
*11 de Dezembro de 2024 - Ano XX - N° **2184***

PREFEITO
ALAN CAMPOS DA COSTA

VICE-PREFEITO
ALCIMAR MOREIRA CARVALHO

CHEFE GERAL DE GABINETE
JONATHAN MARINS AGUIAR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES
HEBERT BORGES CEZAR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FABIANO SILVEIRA DAS CHAGAS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
PALOMA SAPEDE SILVERIO MARINS AGUIAR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JONATHAN MARINS AGUIAR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS
ELEN GARCIA MACHADO

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
GABRIELLE BAUERFELDT VARELLA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
MARCIO SOUZA GOMES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ANTONIO MARCOS RODRIGUES ZICHTL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
LEONIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
JACQUES BARBOSA PEREIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
MARCOS ANTONIO SOUSA DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
DANIEL DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
CLAUDIO VINICIUS MONSORES PASSOS MAIA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICADO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO
FERNANDO LUIS MATTOS DA MATTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EVENTOS
ROBERTO CARLOS DE ASSIS MONSORES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
BRUNO SOARES DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
NELSON LEITE DA SILVA JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
MARCOS MOZER DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
NAIAN ARAUJO BICHARA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
PAULO ROGÉRIO GONÇALVES ESCARANI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
BRENA DA COSTA MAIA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
VLADIMIR DA SILVA AGUIAR JUNIOR

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
SANDRA MARA DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
INDIOVANA DOS REIS DA SILVA

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
DOUGLAS ARAUJO HOLANDA

PRESIDENTE
RENATO JOSÉ PEREIRA

VICE PRESIDENTE
NILTON SANTIAGO

1° SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

2° SECRETÁRIO
DORIEDSON THIMOTEO DA COSTA

VEREADORES:
ALESSANDRO PORTUGAL
ARISTIDES ANGELO BARCELOS NETO
DORIEDSON THIMOTEO DA COSTA
EMILSON DOS SANTOS COELHO
FERNANDO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
HUGO DOURADO GRAÇANO
JOÃO FELLIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON SANTIAGO
RENATO JOSÉ PEREIRA
ROMULO DOS SANTOS NOGUEIRA
WLADIMIR DA CONCEIÇÃO PEREIRA

EXTRATO DO 1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 034/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6572/2023.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA S/A.
OBJETO: As despesas com a execução do presente contrato correrão à despesa das seguintes dotações orçamentárias de n° 02.26.01.04.122.0004. 2041.17520000.400.0001.3.3.90.30.00 e 02.80.01.12.361.0009.2048.157300 00.200.1233.3.3.90.30.00, sem prejuízo das demais constantes no contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 65, §8°, da Lei 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA: Mangaratiba, 15 de julho de 2024.

PORTARIA ADM N.º3259 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria nº 841/2024,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) JERRI ADRIANE DE SOUZA, matrícula n° 2481, da Função Gratificada – Símbolo FGAE, de ASSESSOR OPERACIONAL DE TRÂNSITO, do (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO, com efeito retroativo a 01 de dezembro de 2024.

PORTARIA ADM N.º3260 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria nº 2099/2021,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) DIEGO CONCEIÇAO DA SILVA, matrícula n° 3351, da Função Gratificada – Símbolo FGAE, de ASSESSOR OPERACIONAL DE TRÂNSITO, do (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO, com efeito retroativo a 01 de dezembro de 2024.

PORTARIA ADM N.º3261 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria nº 223/2023,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) WILLIAM MOUSINHO FERREIRA, matrícula n° 10407, da Função Gratificada – Símbolo FGESP, de ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO DE TRÂNSITO, do (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO, com efeito retroativo a 01 de dezembro de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 11 de dezembro de 2024.
Jonathan Marins Aguiar
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 1203/2024

ERRATA:
Na PORTARIA DE ADM. N.º 3244 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024.
Publicada no D.O.M. Diário Oficial do Município de Mangaratiba – 10 de dezembro de 2024 - n.º 2183 – página 4.
Onde se lê:
da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
Leia-se:
da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

PORTARIA N.º 0905 DE 06 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) FABIANNO ALVES PECANHA, para exercer o Cargo de SUPERINTENDENTE DE ASSUNTOS EXECUTIVOS, Símbolo ST, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0907 DE 06 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) TAMIRIS DOS SANTOS GOMES, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0908 DE 06 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) NAIRA CRISTINA COUTO DE LIMA, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0909 DE 06 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) NATASHA DA SILVA VILELLA, para exercer o Cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0910 DE 06 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RAMON BARBOSA GONCALVES, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0911 DE 06 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Nomear o(a) Senhor(a) JOBENE GUALTER BRITO FILHO, para exercer o Cargo de ASSESSOR TÉCNICO - ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0912 DE 06 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ERIC LUIZ ALVES DA SILVA, para exercer o Cargo de DIRETOR DE ASSUNTOS EXECUTIVOS, Símbolo DRT, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0913 DE 06 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) NAMIR CILÉA MARTINS DOS SANTOS, para exercer o Cargo de SUPERINTENDENTE DE ASSUNTOS EXECUTIVOS, Símbolo ST, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 06 de agosto de 2024.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 0915 DE 07 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MARLENE DA CONCEIÇÃO SOARES, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE INSPEÇAO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0917 DE 07 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MARIA ELENA BARBOSA DE SOUZA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇAO SOCIAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0918 DE 07 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, Símbolo ASSIII, do(a) GABINETE DO PREFEITO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0919 DE 07 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CAMILA DA SILVA FERREIRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE INSPEÇAO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 07 de agosto de 2024.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 0920 DE 08 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) INGRIDI RODRIGUES DO NASCIMENTO NOGUEIRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇAO SOCIAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0921 DE 08 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JULIANA SOARES DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇAO SOCIAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0922 DE 08 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MIRIAM DE ALMEIDA GOMES DE ABREU, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2024.

PORTARIA N.º 0923 DE 08 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MISLEINE RAMOS MARIANO, para exercer o Cargo de SUBSECRETARIA DE ENVELHECIMENTO SAUDAVEL E TERCEIRA IDADE, Símbolo SMA, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0924 DE 08 DE AGOSTO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) VANDA DE LIMA VIEIRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0925 DE 08 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ELISABETH SOARES GOMES, para exercer o Cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0926 DE 08 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) FERNANDO ANTONIO DA SILVA JUNIOR, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0928 DE 08 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) EMERSON DA HORA ROSA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DO NUCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 08 de agosto de 2024.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 0933 DE 13 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) TAIS CAMARA DA ROCHA ASSIS, para exercer o Cargo de DIRETOR DE INFRAESTRUTURA, Símbolo DRT, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0934 DE 13 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) DENISE ALVES DOS SANTOS, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0935 DE 13 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JESSICA OLIVEIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0936 DE 13 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ROZENIR ALVES DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 13 de agosto de 2024.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 0937 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) VICTOR SANTOS MAIA NASCIMENTO, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0938 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) GABRIELA DE SOUZA PIROVANI, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0941 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CAYAN BEZERRA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 14 de agosto de 2024.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 0942 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) NEIL HILTON ROCHA DE SOUZA, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0944 DE 14 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) LAURITA LEITAO, para exercer o Cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 14 de agosto de 2024.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 0949 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) STEFANI PEREIRA BAPTISTA, para exercer o Cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0950 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CARLOS HENRIQUE DE BRITO BAPTISTA JUNIOR, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0951 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) BARBARA ROCHA DA COSTA SILVA, para exercer o Cargo de DIRETOR DE CONTENCIOSO JUDICIAL, Símbolo DRT, do(a) PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0952 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MARCELO ROBERTO CANDIDO, para exercer o Cargo de ASSESSOR JURIDICO, Símbolo ASSI, do(a) PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0953 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ERICA LIMA BARBOSA DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE FISCALIZAÇAO DO PATRIMONIO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 08 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0956 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) FABIANA DA CONCEIÇAO ALEXANDRE, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0957 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) KARLA CRISTIANI DE SOUZA ALCANTARA OLIVEIRA, para exercer o Cargo de SUPERINTENDENTE DE QUALIDADE, Símbolo ST, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0958 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RAPHAEL BRANDAO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de COORDENADOR TECNICO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0960 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ALEXANDRE GARCIA DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL DA DEFESA CIVIL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0961 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ANTONIO ALEXANDRE DE CARVALHO SOUSA, para exercer o Cargo de SUPERINTENDENTE DE TRANSPORTES, Símbolo ST, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0962 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RONNEY FERMIANO FERREIRA, para exercer o Cargo de DIRETOR DE MANUTENÇAO, Símbolo DRT, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0963 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) BRUNO DE OLIVEIRA MENEGOY, para exercer o Cargo de COORDENADOR OPERACIONAL, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0964 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JOSE RICARDO SANTOS DE MORAIS, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSI, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0965 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CARLOS ALBERTO SALLES, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0968 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ESTELA GUEDES SOARES, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0969 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ANDREZA ELIS DO NASCIMENTO CELESTINO, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 07 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0971 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) DANIELLE DE SOUZA SILVESTRE DOS SANTOS, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE INSPEÇAO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 12 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0972 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MIRIAN GONÇALVES DOS ANJOS, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 12 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0973 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ADILSON LUIZ DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE INSPEÇAO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 12 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0974 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JULIANA CRISTINE DOS SANTOS DA CONCEIÇAO, para exercer o Cargo de ASSESSOR TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTES E LAZER, com efeito retroativo a partir de 12 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0976 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MILENA OLIVEIRA DE MELLO COSTA, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE CONTENCIOSO JUDICIAL, Símbolo CDR, do(a) PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0977 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ALINE VIEGAS DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0978 DE 16 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RICHARD VIGGBERTO DE OLIVEIRA BRASIL, para exercer o Cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 16 de agosto de 2024.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 0979 DE 19 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) CREIDES RAMOS ALVES CONCEIÇAO, para exercer o Cargo de ASSESSOR TECNICO-ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO, com efeito retroativo a partir de 16 de agosto de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 19 de agosto de 2024.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA N.º 0980 DE 20 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JOYCE MARQUES DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, Símbolo ASSI, do(a) GABINETE DE PREFEITO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0981 DE 20 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MARCIA CRISTIANE PERES DE LIMA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, Símbolo ASSII, do(a) GABINETE DO PREFEITO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0983 DE 20 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ARIANE CORDEIRO MENDONÇA WINGLER, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇAO SOCIAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0984 DE 20 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) NIZEUMA SILVA DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE SERVIÇOS PUBLICOS DISTRITAL, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0985 DE 20 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JEFFERSON TEIXEIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DO NUCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

PORTARIA N.º 0986 DE 20 DE AGOSTO DE 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MARCO AURELIO FALCAO BRAGA DA SILVA, para exercer o Cargo de DIRETOR DE FISCALIZAÇAO E CONTROLE, Símbolo DRT, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 20 de agosto de 2024.
Alan Campos da Costa
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 5.088, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2024.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM FAVOR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL NO ORÇAMENTO VIGENTE"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92, VII e no art. 107, I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o art. 05 da Lei nº 1.524/2023 - Lei Orçamentária Anual para 2024, que autorizam a abertura de créditos adicionais suplementares nas hipóteses e limites que menciona:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar, alterando o orçamento vigente no valor **de R$ 9.499.603,18 (nove milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, seiscentos e três reais e dezoito centavos), em favor de EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA (CONECTA), FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DÉ SAÚDE DE, PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, para as seguintes dotações orçamentárias:

Ficha	Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
3	03.01.01.10.122.0007.2014	3.1.90.11.00	16000000	R$637.000,00	
8	02.01.01.04.122.0019.2004	3.3.90.39.00	17200000	R$2.000,00	
10	03.01.01.10.122.0007.2014	3.3.90.46.00	16000000	R$6.000,00	
10	07.01.01.04.122.0019.2059	3.1.90.11.00	15000000	R$139.876,50	
11	07.01.01.04.122.0019.2059	3.1.90.13.00	15000000	R$38.858,72	
13	04.01.01.08.244.0017.2082	3.3.90.39.00	16600000	R$10.000,00	
13	07.01.01.04.122.0019.2059	3.3.90.47.00	15000000	R$1.372,86	
26	05.01.02.13.391.0014.2075	3.3.90.39.00	17200000	R$100.000,00	
27	05.01.02.13.391.0014.2075	3.3.90.30.00	17200000	R$14.835,95	
28	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.30.00	16350000	R$51.000,00	
28	05.01.01.04.122.0019.2059	3.3.90.39.00	15000000	R$25.000,00	
44	02.04.01.04.122.0019.2015	3.1.90.94.00	15000000	R$5.000,00	
44	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.39.00	17200000	R$680.000,00	
47	02.04.01.04.122.0019.2015	3.3.90.39.00	15000000	R$50,00	
63	03.01.01.10.302.0007.2024	3.1.90.11.00	16050000	R$454.908,69	
68	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.39.00	16010000	R$1.200.934,89	
79	02.08.01.12.361.0009.1005	3.3.90.39.00	15500000	R$95.000,00	
91	02.08.01.12.361.0009.2008	3.3.90.30.00	15730000	R$1.021.858,38	
101	02.08.01.12.361.0009.2048	3.1.90.11.00	15001001	R$100.000,00	
116	02.08.01.12.361.0009.2048	3.3.90.39.00	15500000	R$105.000,00	
118	02.08.01.12.361.0009.2048	3.3.90.39.00	15730000	R$2.310.292,30	
138	02.08.01.12.361.0019.2007	3.3.90.36.00	15500000	R$20.000,00	
144	02.08.01.12.365.0009.2011	3.1.90.11.00	15400000	R$10.000,00	
157	02.08.01.12.365.0009.2012	3.1.90.11.00	15400000	R$15.000,00	
198	02.08.01.12.367.0009.2056	3.1.91.13.00	15400000	R$1.700,75	
238	02.10.01.04.122.0019.2062	3.3.90.92.00	17200000	R$289.845,10	
256	02.11.01.28.843.0019.2028	4.6.90.71.00	15000000	R$335.000,00	
317	02.14.01.15.452.0002.2051	3.3.90.39.00	17050000	R$173.226,21	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

Ficha	Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
318	02.14.01.15.452.0002.2051	3.3.90.39.00	17200000	R$589.642,09	
320	02.14.01.25.752.0002.2033	3.3.90.39.00	17200000	R$1.000,00	
413	02.26.01.04.122.0004.2041	3.3.90.39.00	17520000	R$61.022,06	
435	02.08.01.12.361.0009.2048	3.1.90.11.00	15730000	R$100.000,00	
436	02.08.01.12.365.0009.2011	3.1.90.11.00	15730000	R$100.000,00	
437	02.08.01.12.365.0009.2012	3.1.90.11.00	15730000	R$100.000,00	
438	02.09.01.08.244.0019.2003	3.3.90.30.00	17200000	R$60.000,00	
447	02.08.01.12.361.0009.2048	3.1.91.13.00	15400000	R$72.101,25	
448	02.08.01.12.361.0009.2048	3.1.91.13.00	15401070	R$267.149,06	
449	02.08.01.12.365.0009.2011	3.1.91.13.00	15400000	R$27.522,00	
450	02.08.01.12.365.0009.2011	3.1.91.13.00	15401070	R$84.819,54	
452	02.08.01.12.365.0009.2012	3.1.91.13.00	15401070	R$119.290,27	
453	02.08.01.12.366.0009.2026	3.1.91.13.00	15400000	R$1.427,60	
454	02.08.01.12.366.0009.2026	3.1.91.13.00	15401070	R$11.680,06	
455	02.08.01.12.367.0009.2056	3.1.91.13.00	15401070	R$8.641,12	
456	02.08.01.12.365.0009.2012	3.1.91.13.00	15400000	R$47.547,78	
465	02.08.01.12.367.0009.2056	3.1.90.11.00	15730000	R$2.000,00	
472	02.08.01.12.366.0009.2026	3.1.90.11.00	15730000	R$2.000,00	
1	07.01.01.04.122.0019.2003	3.3.90.30.00	15010000		R$206.485,12
4	03.01.01.10.122.0007.2014	3.1.90.13.00	15001002		R$454.908,69
4	05.01.01.04.122.0019.2046	3.3.90.30.00	15000000		R$4.000,00
4	07.01.01.04.122.0019.2007	3.3.90.36.00	15010000		R$86.795,20
5	07.01.01.04.122.0019.2059	3.1.90.11.00	15010000		R$407.475,14
8	02.01.01.04.122.0019.2004	3.3.90.39.00	17200000		R$60.000,00
8	05.01.01.04.122.0019.2059	3.1.90.13.00	15000000		R$21.000,00
8	07.01.01.26.782.0003.2053	3.3.90.30.00	15010000		R$1.944.484,76
9	04.01.01.08.244.0017.2049	3.3.90.39.00	16600000		R$10.000,00
9	07.01.01.26.782.0003.2053	3.3.90.39.00	15010000		R$1.349.225,85
25	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.30.00	16000000		R$543.000,00
30	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.30.00	17200000		R$794.835,95
32	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.36.00	16350000		R$40.000,00
36	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.39.00	16000000		R$100.000,00
40	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.39.00	16350000		R$11.000,00
41	02.04.01.04.122.0019.2015	3.1.90.11.00	15000000		R$515.108,08
42	02.04.01.04.122.0019.2015	3.1.90.13.00	15000000		R$5.000,00
44	02.04.01.04.122.0019.2015	3.1.90.94.00	15000000		R$50,00
49	03.01.01.10.302.0007.2024	4.4.90.52.00	16010000		R$59.588,04
52	02.04.01.04.122.0019.2016	3.3.90.92.00	17200000		R$289.845,10
66	03.01.01.10.302.0007.2024	3.1.90.11.00	16010000		R$20.485,11
67	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.46.00	16010000		R$4.616,00
91	02.08.01.12.361.0009.2008	3.3.90.30.00	15730000		R$72.279,38
103	02.08.01.12.361.0009.2048	3.1.90.11.00	15401070		R$641.879,43
112	02.08.01.12.361.0009.2048	3.3.90.30.00	15500000		R$200.000,00
118	02.08.01.12.361.0009.2048	3.3.90.39.00	15730000		R$115.930,62
121	02.08.01.12.361.0009.2048	3.3.90.92.00	15730000		R$954,21
124	02.08.01.12.361.0009.2048	4.4.90.52.00	15730000		R$384,43
152	02.08.01.12.365.0009.2011	3.3.90.30.00	15730000		R$2.500,00
165	02.08.01.12.365.0009.2012	3.3.90.30.00	15500000		R$20.000,00

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

Ficha	Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
166	02.08.01.12.365.0009.2012	3.3.90.30.00	15730000		R$439,69
171	02.08.01.12.365.0009.2012	4.4.90.52.00	15730000		R$790,46
182	02.08.01.12.366.0009.2026	3.3.90.30.00	15730000		R$789,59
198	02.08.01.12.367.0009.2056	3.1.91.13.00	15400000		R$25.000,00
201	02.08.01.12.367.0009.2056	4.4.90.52.00	15001001		R$100.000,00
229	02.09.01.08.244.0019.2007	3.3.90.36.00	17050000		R$659,92
294	02.13.01.15.451.0002.1009	3.3.90.30.00	17050000		R$258.024,21
384	02.22.01.04.122.0019.2009	3.3.90.39.00	17050000		R$100.000,00
397	02.24.01.26.782.0003.2053	3.3.90.30.00	17050000		R$196.614,05
399	02.24.01.26.782.0003.2053	3.3.90.30.00	17200000		R$2.000,00
401	02.24.01.26.782.0003.2053	3.3.90.39.00	17200000		R$590.642,09
411	02.26.01.04.122.0004.2041	3.3.90.30.00	17520000		R$61.022,06
420	02.08.01.12.365.0009.2011	3.3.50.85.00	15730000		R$115.790,00
473	02.08.01.12.361.0009.2018	3.3.90.39.00	15730000		R$66.000,00
TOTAL				R$9.499.603,18	R$9.499.603,18

Art. 2º Fica alterado o Quadro Demonstrativo de Despesa, referente ao **Artigo 5º, da Lei municipal nº. 1.524, de 18 de dezembro de 2023**, que institui a Lei Orçamentária Anual de 2024, para que passem a constar as devidas alterações.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Mangaratiba, 01 de novembro de 2024.

Alan Campos da Costa
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito

DECRETO N.º 5.099, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, instituídas no art. 92, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e .

CONSIDERANDO o recesso para as medidas necessárias ao término e sucessão de mandato;

CONSIDERANDO as datas de Natal e Ano Novo.

DECRETA:

Art. 1.º Fica considerado o seguinte expediente nas Repartições Públicas Municipais:

I – atendimento ao público (contribuinte) até o dia 13/12/2024;

II – nos dias 16 a 20/12/2024, o expediente será interno para preparação do término e da sucessão de mandato;

III – após o dia 20/12/2024, será recesso de final de ano, exceto nas atividades essenciais de atendimento ao público, com destaque na Secretaria Municipal de Saúde.

IV – nos dias 26 e 27/12/2024, o expediente será normal somente no Gabinete do Prefeito, na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, na Secretaria Municipal de Administração e na Secretaria Municipal de Fazenda, destacando a responsabilidade de cada Secretário colocar um servidor de plantão para atender inadiáveis demandas.

Parágrafo único. Fica autorizado o gestor, dentro de qualquer outra pasta, avaliar a necessidade de trabalho e se necessário for escalar funcionários para trabalhar, destacando os serviços essenciais.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Mangaratiba, 2 de dezembro de 2024.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 1.577, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024.

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO XVIII E XX DO ARTIGO 3° DA LEI Nº 1.188, DE 17 DE ABRIL DE 2019 QUE INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANGARATIBA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º O Inciso XVIII e XX do Art. 3º da Lei nº 1.188, de 17 de abril de 2019, que institui o Fórum Municipal de Educação de Mangaratiba, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 3º .....

.....

XVIII -01 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos de Mangaratiba – SISPMUM e 01 (um) representante do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação de Mangaratiba SEPE-Mangaratiba;

.....

XX- 01 (um) representante da Comunidade Quilombola da Marambaia e 01 (um) representante da Comunidade Quilombola da Santa Justina."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mangaratiba, 10 de dezembro de 2024.

ALAN CAMPOS DA COSTA
Prefeito

/MENSAGEM N.º 023, DE 7 DE AGOSTO DE 2024.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 19/8/2024
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

Às doze horas e cinco minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a Sessão Ordinária, de Forma Presencial, da Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme o Decreto n.º 4.810, de 1º de março de 2023 (alterado pelo Decreto n.º 5.009, de 19 de março de 2024), estando presentes a Presidente Paloma Sapede Silvério, o Vice-Presidente Jacques Barbosa Pereira, e os Membros: Camila Tebaldi Mendes, Eliana Dias Alves Firmino, Gabrielle Bauerfeldt Varella, Leonardo Carvalho do Nascimento, Robson da Silva Machado, Vinícius Suliano David e Secretário Geral Joel Guimarães Rão. Antes da abertura da sessão, a Presidente passou à ordem do dia: Antes da abertura da sessão, a Presidente colocou em pauta a Ata da reunião extraordinária realizada em 16/8/2024, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade passou a ordem do dia: Analisamos que não será revogado o Decreto n.º 4595/2021 e as propostas não serão implementadas porque existe processos vigentes oriundos da legislação Lei n.º 8.666/1993, extinto pela Lei n.º 14.133/2021, porém seus atos permanecem em vigor. O qual vai assinado pela Presidente, Vice-Presidente da Comissão e demais membros. Deu-se por encerrada esta sessão às doze horas e trinta minutos, do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e quatro, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim.....Joel Guimarães Rão, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Paloma Sapede Silvério
Presidente da Comissão

Vice-Presidente: Jacques Barbosa Pereira.....
Membro: Camila Tebaldi Mendes.....
Membro: Eliana Dias Alves Firmino.....
Membro: Gabrielle Bauerfeldt Varella.....
Membro: Leonardo Carvalho do Nascimento.....
Membro: Robson da Silva Machado.....
Membro: Vinícius Suliano David.....

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 21/8/2024
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

Às doze horas e dez minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a Sessão Ordinária, de Forma Presencial, da Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme o Decreto n.º 4.810, de 1º de março de 2023 (alterado pelo Decreto n.º 5.009, de 19 de março de 2024), estando presentes a Presidente Paloma Sapede Silvério, o Vice-Presidente Jacques Barbosa Pereira, e os Membros: Camila Tebaldi Mendes, Eliana Dias Alves Firmino, Gabrielle Bauerfeldt Varella, Leonardo Carvalho do Nascimento, Robson da Silva Machado, Vinícius Suliano David e Secretário Geral Joel Guimarães Rão. Antes da abertura da sessão, a Presidente passou à ordem do dia: Antes da abertura da sessão, a Presidente colocou em pauta a Ata da reunião extraordinária realizada em 19/8/2024, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade passou a ordem do dia: Analisamos sobre a padronização das cláusulas contratuais de aluguel de imóvel junto ao Município, face a necessidade de relocar as secretarias (cláusula de tributo, exclusivamente IPTU não incidir para a Prefeitura. O qual vai assinado pela Presidente, Vice-Presidente da Comissão e demais membros. Deu-se por encerrada esta sessão às doze horas e trinta e três minutos, do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e quatro, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim.....Joel Guimarães Rão, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Paloma Sapede Silvério
Presidente da Comissão

Vice-Presidente: Jacques Barbosa Pereira.....
Membro: Camila Tebaldi Mendes.....
Membro: Eliana Dias Alves Firmino.....
Membro: Gabrielle Bauerfeldt Varella.....
Membro: Leonardo Carvalho do Nascimento.....
Membro: Robson da Silva Machado.....
Membro: Vinícius Suliano David.....

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 23/8/2024
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

Às doze horas e nove minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a Sessão Ordinária, de Forma Presencial, da Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme o Decreto n.º 4.810, de 1º de março de 2023 (alterado pelo Decreto n.º 5.009, de 19 de março de 2024), estando presentes a Presidente Paloma Sapede Silvério, o Vice-Presidente Jacques Barbosa Pereira, e os Membros: Camila Tebaldi Mendes, Eliana Dias Alves Firmino, Gabrielle Bauerfeldt Varella, Leonardo Carvalho do Nascimento, Robson da Silva Machado, Vinícius Suliano David e Secretário Geral Joel Guimarães Rão. Antes da abertura da sessão, a Presidente passou à ordem do dia: Antes da abertura da sessão, a Presidente colocou em pauta a Ata da reunião extraordinária realizada em 21/8/2024, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade passou a ordem do dia: A discussão continua sobre a isenção de IPTU para o locador, pois a Subsecretaria de Planejamento não concorda com o pagamento. O qual vai assinado pela Presidente, Vice-Presidente da Comissão e demais membros. Deu-se por encerrada esta sessão às doze horas e quarenta minutos, do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e quatro, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim.....Joel Guimarães Rão, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Paloma Sapede Silvério
Presidente da Comissão

Vice-Presidente: Jacques Barbosa Pereira.....
Membro: Camila Tebaldi Mendes.....
Membro: Eliana Dias Alves Firmino.....
Membro: Gabrielle Bauerfeldt Varella.....
Membro: Leonardo Carvalho do Nascimento.....
Membro: Robson da Silva Machado.....
Membro: Vinícius Suliano David.....

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 26/8/2024
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

Às doze horas e nove minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a Sessão Ordinária, de Forma Presencial, da Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme o Decreto n.º 4.810, de 1º de março de 2023 (alterado pelo Decreto n.º 5.009, de 19 de março de 2024), estando presentes a Presidente Paloma Sapede Silvério, o Vice-Presidente Jacques Barbosa Pereira, e os Membros: Camila Tebaldi Mendes, Eliana Dias Alves Firmino, Gabrielle Bauerfeldt Varella, Leonardo Carvalho do Nascimento, Robson da Silva Machado, Vinícius Suliano David e Secretário Geral Joel Guimarães Rão. Antes da abertura da sessão, a Presidente passou à ordem do dia: Antes da abertura da sessão, a Presidente colocou em pauta a Ata da reunião extraordinária realizada em 23/8/2024, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade passou a ordem do dia: Continuamos com a discussão sobre o pagamento de IPTU para o locador. Foi proposto uma consulta junto ao TCE. O qual vai assinado pela Presidente, Vice-Presidente da Comissão e demais membros. Deu-se por encerrada esta sessão às doze horas e quarenta e sete minutos, do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim.....Joel Guimarães Rão, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Paloma Sapede Silvério
Presidente da Comissão

Vice-Presidente: Jacques Barbosa Pereira.....
Membro: Camila Tebaldi Mendes.....
Membro: Eliana Dias Alves Firmino.....
Membro: Gabrielle Bauerfeldt Varella.....
Membro: Leonardo Carvalho do Nascimento.....
Membro: Robson da Silva Machado.....
Membro: Vinícius Suliano David.....

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 28/8/2024
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

Às doze horas e dez minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a Sessão Ordinária, de Forma Presencial, da Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme o Decreto n.º 4.810, de 1º de março de 2023 (alterado pelo Decreto n.º 5.009, de 19 de março de 2024), estando presentes a Presidente Paloma Sapede Silvério, o Vice-Presidente Jacques Barbosa Pereira, e os Membros: Camila Tebaldi Mendes, Eliana Dias Alves Firmino, Gabrielle Bauerfeldt Varella, Leonardo Carvalho do Nascimento, Robson da Silva Machado, Vinícius Suliano David e Secretário Geral Joel Guimarães Rão. Antes da abertura da sessão, a Presidente passou à ordem do dia: Antes da abertura da sessão, a Presidente colocou em pauta a Ata da reunião extraordinária realizada em 26/8/2024, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade passou a ordem do dia: Analisamos a elaboração do ofício sobre a consulta ao TCE. O qual vai assinado pela Presidente, Vice-Presidente da Comissão e demais membros. Deu-se por encerrada esta sessão às doze horas e quarenta minutos, do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim, ... Joel Guimarães Rão, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Paloma Sapede Silvério
Presidente da Comissão

Vice-Presidente: Jacques Barbosa Pereira.....
Membro: Camila Tebaldi Mendes.....
Membro: Eliana Dias Alves Firmino.....
Membro: Gabrielle Bauerfeldt Varella.....
Membro: Leonardo Carvalho do Nascimento.....
Membro: Robson da Silva Machado.....
Membro: Vinícius Suliano David.....

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 30/8/2024
Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional

Às doze horas e cinco minutos do dia trinta de agosto de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a Sessão Ordinária, de Forma Presencial, da Comissão de revisão dos Contratos Administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, conforme o Decreto n.º 4.810, de 1º de março de 2023 (alterado pelo Decreto n.º 5.009, de 19 de março de 2024), estando presentes a Presidente Paloma Sapede Silvério, o Vice-Presidente Jacques Barbosa Pereira, e os Membros: Camila Tebaldi Mendes, Eliana Dias Alves Firmino, Gabrielle Bauerfeldt Varella, Leonardo Carvalho do Nascimento, Robson da Silva Machado, Vinícius Suliano David e Secretário Geral Joel Guimarães Rão. Antes da abertura da sessão, a Presidente passou à ordem do dia: Antes da abertura da sessão, a Presidente colocou em pauta a Ata da reunião extraordinária realizada em 28/8/2024, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade passou a ordem do dia: Foi discutido sobre o monitoramento dos prazos contratuais dos contratos de locação junto ao Município. O qual vai assinado pela Presidente, Vice-Presidente da Comissão e demais membros. Deu-se por encerrada esta sessão às doze horas e trinta e nove minutos, do dia trinta de agosto de dois mil e vinte e quatro, da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim.....Joel Guimarães Rão, Secretário Geral, que lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

Paloma Sapede Silvério
Presidente da Comissão

Vice-Presidente: Jacques Barbosa Pereira.....
Membro: Camila Tebaldi Mendes.....
Membro: Eliana Dias Alves Firmino.....
Membro: Gabrielle Bauerfeldt Varella.....
Membro: Leonardo Carvalho do Nascimento.....
Membro: Robson da Silva Machado.....
Membro: Vinícius Suliano David.....

Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ERRATA – ERRO MATERIAL NA DELIBERAÇÃO CME Nº 02, DE 13 DE AGOSTO DE 2024.

No Diário Oficial do Município de Mangaratiba, 27 de novembro de 2024– Ano XX – nº 2174.

Desconsiderar o publicado nas páginas 10 a 19.

Considerar a publicação que segue.

Mangaratiba, 11 de dezembro de 2024.

Cristiane dos Santos Pereira de Freitas
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Juliana Ferre Suliano
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

Deliberação CME Nº 02, de 13 de agosto de 2024.

Institui Diretrizes Operacionais para o Sistema Municipal de Ensino, para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI.

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,

CONSIDERANDO a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003,

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB n°03/2010, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância,

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CEB nº 1/2021, que dispõe sobre o reexame do Parecer CNE/CEB nº 6, de 10 de dezembro de 2020, que tratou do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade,

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1/2021, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância,

CONSIDERANDO a Lei nº 29, de 31 de dezembro de 1993, que institui o Conselho Municipal de Educação no Município de Mangaratiba e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto nº 3.773, de 25 de abril de 2017, que estabelece Normas gerais sobre o Sistema Municipal de Ensino da Rede Escolar de Mangaratiba, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a Deliberação CME Nº 02, de 07 de junho de 2023, que aprova o novo regimento interno do conselho municipal de educação do município de Mangaratiba."

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,

Delibera:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Deliberação institui Diretrizes Operacionais para o Sistema Municipal de Ensino, para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos - EJAI, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA).

Art. 2º Os Currículos dos Cursos da EJAI, independente de segmento e formas de oferta, deverão garantir, na sua parte relativa à formação geral básica, os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos por competências e habilidades nos termos da Política Nacional de Alfabetização e da BNCC, tendo como ênfase o desenvolvimento das competências gerais e as competências/habilidades relacionadas à Lingua Portuguesa, Matemática e Inclusão Digital.

Parágrafo Único – A modalidade EJAI deverá possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo durante sua trajetória escolar.

Art. 3º A oferta da modalidade EJAI deverá estar estruturada de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Digital, Lei Federal nº 14.533/2023, com objetivo de garantir a inserção da Educação Digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DA EJAI: FORMA, OFERTA, IDADE MÍNIMA PARA INGRESSO

Art. 4º Para a realização da matrícula e exames de conclusão da EJAI, a idade mínima para o ingresso no Ensino Fundamental é de 15 (quinze) anos completos no momento da matrícula, conforme preconiza o Art.4º, inciso VII, da LDB – *" (...) O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: VII - oferta de educação escolar regular para jovens*

e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (...)", - assim como, a especificidade vigente nesta Deliberação e o previsto nos Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Mangaratiba.

Parágrafo Único: A matrícula de alunos nos cursos da EJAI será feita mediante documentação apresentada pelo aluno e/ou responsável legal à unidade escolar ou pela verificação do rendimento escolar, conforme disposto no Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Mangaratiba, orientações da Secretaria Municipal de Educação Esportes e Lazer – SMEEL e o artigo 24 da LDB.

Art.5º As unidades escolares de Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Mangaratiba, observadas as diretrizes nacionais, a BNCC - Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares de Mangaratiba, poderão ofertar a modalidade EJA nas seguintes formas:

I-Educação de Jovens, Adultos e Idosos presencial;

II- Nos anos finais do Ensino Fundamental à distância (EaD);

III-Articulada à Educação Profissional, em cursos de qualificação profissional;

IV-Educação de Jovens, Adultos e Idosos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida.

Art. 6º Os cursos da EJAI desenvolvidos por meio da EaD, serão ofertados apenas para os anos finais do Ensino Fundamental atendendo às seguintes características:

§1º Caberá SMEEL estabelecer normas e procedimentos para os processos de credenciamento, autorização das unidades escolares públicas e reconhecimento dos cursos à distância, garantindo-se sempre o padrão de qualidade.

§2º O processo de avaliação da EJAI, desenvolvida por meio da EaD, será estabelecido pela SMEEL, conforme disposto pela legislação específica.

§3º A duração mínima dos cursos da EJAI, desenvolvidos por meio da EaD, será a mesma estabelecida para a EJAI presencial.

§4º Aos alunos deverá ser disponibilizado Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), através de plataformas que garantam o acesso de mídias e/ou materias didáticos impressos.

§5º Deverá ser garantida uma relação adequada entre os alunos e os professores licenciados, para que haja o desenvolvimento da interatividade pedagógica na disciplina ou atividade.

§6º Far-se-á necessário viabilizar infraestrutura tecnológica às atividades dos alunos, garantindo o acesso a rádio, televisão, biblioteca, internet aberta, etc.

§7º Reconhecimento e aceitação de transferências entre os cursos da EJAI presencial e os ofertados em EaD ou mediação tecnológica.

Art.7º Os cursos da EJAI organizar-se-ão de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Art.8º A EJAI no Sistema Municipal de Ensino poderá ser organizada em regime semestral ou modular, em segmentos e etapas com possibilidade de flexibilização do tempo para cumprimento da carga horária exigida para cada segmento específico.

§1º A oferta da EJAI para os anos iniciais do Ensino Fundamental, tem como objetivo a alfabetização inicial e uma qualificação profissional inicial (se for o caso), a carga horária será definida pelo sistema de ensino, devendo assegurar pelo menos 150 (cento e cinquenta) horas para os componentes essenciais de alfabetização e 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de matemática.

§2º A oferta da EJAI para os anos finais do Ensino Fundamental, tem como objetivo o fortalecimento da integração da formação geral com a formação profissional (quando for o caso), com carga horária minima de 1600 (mil e seiscentas) horas.

Art. 9° Na EJAI a Educação Física é um componente curricular obrigatório do currículo e sua prática é facultativa aos estudantes nos casos previstos na Lei nº 10.793, de 01/12/2003.

Paragráfo Único - Esse componente curricular é fundamental para trabalhar temas relacionados à saúde física e psíquica em um processo de aprendizagem contextualizado.

Art. 10 A Língua Inglesa é um componente curricular de oferta obrigatória a partir dos anos finais do ensino fundamental.

Art.11 A unidade escolar poderá ofertar outras línguas estrangeiras, de forma complementar, preferencialmente a Língua Espanhola, por meio de Projetos/Programas.

Art.12 A EJAI articulada à Educação Profissional poderá ser ofertada das seguintes formas:

I-Concomitante: na qual a formação profissional é desenvolvida paralelamente à formação geral (áreas do conhecimento), podendo ocorrer ou não, na mesma unidade escolar.

II-Concomitante na forma: é desenvolvida simultaneamente em distintas unidades escolares, mas integrada no conteúdo, mediante ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para execução de Projeto Pedagógico unificado.

III-Integrada: resulta de um currículo pedagógico que integra os componentes curriculares da formação geral com os da formação profissional em uma proposta pedagógica única, com vistas à formação e à qualificação em diferentes perfis profissionais, atendendo às possibilidades dos sistemas e singularidades dos alunos.

Art.13 O Sistema Municipal de Ensino terá autonomia para organizar a oferta da EJAI nas diversas formas apresentadas abaixo, de acordo com as orientações expedidas pela Resolução CNE/CEB nº 1/2021:

I-A EJA Combinada:
(...) Art. 17. A EJA Combinada é uma forma de oferta presencial e tem como base o cumprimento da carga horária mínima estabelecida para cada segmento/etapa de duas formas: direta e indireta. Art. 18. Na EJA Combinada a carga horária direta será de, no mínimo, 30% (trinta por cento), sempre com o professor, para mediação dos conhecimentos, conteúdos e experiências; e carga horária indireta, de no máximo 70% (setenta por cento) da carga horária exigida para a EJA, para a execução de atividades pedagógicas complementares, elaboradas pelo professor regente. Parágrafo único. Os sistemas de ensino deverão regulamentar o exercício da EJA Combinada.

II-A EJA Direcionada:
(...) Art. 19. A EJA Direcionada é uma alternativa de atendimento ao estudante trabalhador matriculado em qualquer segmento da EJA que, por motivos diversos, enfrenta dificuldades em participar das atividades no início ou no fim do turno de estudo. Art. 20. A EJA Direcionada deve ser desenvolvida por atividades previamente planejadas pelos professores, de forma a cumprir a carga horária prevista para o componente curricular. § 1º A EJA Direcionada pode ser ofertada em ambientes empresariais, possibilitando melhor aproveitamento do tempo dos estudantes trabalhadores, no espaço escolar. § 2º Os sistemas de ensino deverão regulamentar a oferta da EJA Direcionada.

III-A EJA Vinculada:
(...) Art. 23. As turmas de EJA Vinculada serão ofertadas, preferencialmente, em unidades escolares próprias, chamadas unidades acolhedoras, e estarão vinculadas a uma unidade escolar com oferta da EJA, denominada unidade ofertante. Parágrafo único. Os sistemas de ensino deverão regulamentar o exercício da EJA Vinculada, explicitando o papel e a responsabilidade da unidade acolhedora e da unidade ofertante. Art. 24. A avaliação escolar na EJA, em seus diferentes processos e espaços, deverá encorajar, orientar, informar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, com vistas ao desenvolvimento das aprendizagens.

IV-A EJA Multietapas:

(...) Art. 21. Os sistemas de ensino poderão organizar EJA Multietapas nos casos em que o número de estudantes não corresponde ao estabelecido pelo sistema de ensino e/ou quando a estrutura física ou a especificidade de atendimento não comporta a composição de turmas por etapa.
Art. 22. Os sistemas de ensino poderão organizar a EJA Multietapas para ampliação do atendimento da EJA presencial, em situações de baixa demanda que impossibilite a implementação de um turno para a modalidade; dificuldade de locomoção dos estudantes, como os sujeitos do campo; população de rua; comunidades específicas; refugiados e migrantes egressos de programas de alfabetização em locais de difícil acesso, periferias, entre outros.

CAPÍTULO III
AVALIAÇÃO, FREQUÊNCIA E CERTIFICAÇÃO DA EJAI

Art. 14 As estratégias de avaliação escolar na EJAI, em seus diferentes processos e espaços, deverá encorajar, orientar, informar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, com vista ao desenvolvimento das aprendizagens.

Art.15 Na avaliação do desempenho escolar do estudante, observa-se-á a frequência mínima de 75% do total de horas letivas previstas para cada semestre e por disciplina, sempre em consonância com o previsto no Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Mangaratiba e orientações da Secretaria Municipal de Educação Esportes e Lazer – SMEEL.

Art. 16 Os resultados das avaliações realizadas com os alunos da EJAI, deverão ser mensurados e expressos por notas, conforme normativa estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação Esportes e Lazer – SMEEL.

Art.17 As unidades escolares deverão se utilizar do requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS), e posterior cumprimento de atividades compensatórias domiciliares para justificar as ausências dos alunos.

Parágrafo Único - Quando o aluno ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de faltas, poderá ser solicitado o requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS), sendo sua solicitação analisada e, se deferida, a aprovação estará vinculada à obtenção de 50% (cinquenta por cento) de rendimento satisfatório de cada componente curricular, bem como a realização de atividades compensatórias domiciliares.

Art. 18 A Certificação de Conclusão do Ensino Fundamental para os alunos da EJAI será feita ao término dos anos finais, equivalente ao 9º ano.

Art. 19 Conforme estabelecido pela Lei nº 9.394/1996 no Título IV, a certificação decorrente dos exames da EJA deve ser de competência do Sistema Municipal de Ensino, que se necessário, poderão solicitar apoio técnico ou financeiro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Art. 20 A avaliação e certificação dos estudantes da EJAI com ênfase na Educação ao Longo da Vida serão realizadas a partir da definição de currículos diferenciados, com itinerários formativos que atendam a singularidade do público da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, ou de populações indígenas e quilombola, refugiados e migrantes, pessoas privadas de liberdade, zona de difícil acesso, população de rua, zonas rurais e entre outras.

Parágrafo Único – Aos alunos que apresentam severas deficiências ou transtornos funcionais específicos e/ou transtorno do espectro autista que impeçam seu desenvolvimento acadêmico, a legislação permite a concessão da terminalidade específica, através de documento descritivo das competências adquiridas, exigindo encaminhamento do estudante a outras experiências de vida e trabalho que não considerem a continuidade de estudos acadêmicos formais.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 Para a transferência de alunos da EJAI conforme a especificidade vigente, será utilizado o Histórico Escolar, tendo como base as orientações da SMEEL.

Art. 22 O Sistema Municipal de Ensino deverá promover a formação continuada aos professores que atuam na EJAI, visando a qualidade na oferta, nos materiais, nas propostas e metodologias utilizadas para esse público específico.

Art. 23 As unidades escolares que ofertam a modalidade EJAI, deverão incorporar em seu Projeto Político Pedagógico os currículos dos cursos dessa modalidade - (...) Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seus artigos 12, 13 e 14, atribui aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar, de forma democrática, seus Projetos Políticos Pedagógicos.

Este documento deve nortear todas as ações pedagógicas de cada instituição e se mantém em permanente discussão e reformulação, na busca de alternativas que possam viabilizar a melhoria da qualidade do ensino (...), expressando de forma clara os objetivos e direitos de aprendizagem através das competências e habilidades dispostas na LDB e BNCC.

Art. 24 Obedecido o disposto no art. 17 o Sistema Municipal de Ensino, deverá regulamentar a utilização da Ausência Justificada com Critérios (AJUS), conforme formulário modelo anexo.

Art. 25 Poderão ser expedidas orientações complementares em atendimento ao disposto na legislação vigente.

Art. 26 Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação

ANEXO I – REQUERIMENTO DE AUSÊNCIA JUSTIFICADA COM CRITÉRIOS

U.E._____

REQUERIMENTO DE AUSÊNCIA JUSTIFICADA COM CRITÉRIOS

Unidade Escolar:
Aluno:
CPF:
Segmento: Etapa: Turma: Turno: Ano:

Nos termos da Resolução CNE nº 1/2021 e a Deliberação CME nº 02/2024, art. 17 – parágrafo único, venho apresentar comprovante para justificativa de falta (s), referente (s) ao (s) dia (s) de ausência (s):

	Convocação oficial do poder público (Apresentar/Anexar Declaração)
	Atividades Militares (Apresentar/ Anexar Declaração de Serviço Militar)
	Exercício efetivo de plantões (Apresentar/Anexar Declaração de Trabalho)
	Atestado Médico (Apresentar/Anexar Atestado Médico)
	Licença gestante nos termos da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975 (Apresentar/Anexar Atestado Médico ou Relatório Médico)
	Licença de acompanhamento, por motivo de doença do cônjuge, companheiro, pai, mãe, filho, irmão, enteado ou menor sob guarda ou tutela (Apresentar/Anexar Atestado Médico)

	Falecimento do cônjuge, companheiro, pai, mãe, filho, irmão, enteado ou menor sob guarda ou tutela, por oito dias consecutivos, incluído o dia da ocorrência (Apresentar/Anexar Declaração de Óbito)

Outros Motivos (apresentar justificativa, a qual será submetida a análise):

Componentes Curriculares a serem justificados:

	Anos Iniciais			Anos Finais	
	Língua Portuguesa			Língua Portuguesa	
	Educação Física			Educação Física	
	Arte			Arte	
	Matemática			Matemática	
	Ciências			Ciências	
	História			História	
	Geografia			Geografia	
	Ensino Religioso			Ensino Religioso	
				Língua Estrangeira - Inglês	

Data: ___/____/

_____
Assinatura do (a) aluno

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANGARATIBA aprova, pelos conselheiros abaixo listados, a presente Deliberação.

Mangaratiba, 13 de agosto de 2024.

Cristiane dos Santos Pereira de Freitas
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Juliana Faure Suliano
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação

Conselheiros presentes:

ANTÔNIA LUCIANA VIDAL	Antônia Luciana dos Santos Vidal
ARIANE ROSSANE DE OLIVEIRA	
BRUNA PEREIRA RANGEL	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	Carla Meire Rodrigues de Campos
FERNANDA DE SOUSA LIMA	
GERLAINE DA FONSECA SILVA REIS	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
MABIANE RODRIGUES OLIVEIRA DA SILVA	
RACHEL MARTINS BARRAL	

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação de Mangaratiba
Sistema Municipal de Ensino
Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer		***UF:*** RJ
ASSUNTO: Aprovação da minuta da Política de Educação em Tempo Integral		
RELATOR: Ariane Rossane de Oliveira		
PARECER Nº: 010/2024	***COLEGIADO:*** CP	***APROVADO EM: 27/11/2024***

I – RELATÓRIO

1. Histórico

O Conselho Pleno recebeu Ofício nº 1689 /SMEEL/2024. com a minuta da política de Educação em Tempo Integral, para apreciação, contribuição e aprovação do Conselho Municipal de Educação e Mangaratiba. A referida minuta foi construída pelos membros do Comitê para a Construção da Política Municipal de Educação em Tempo Integral.

O Conselho Pleno realizou o estudo e amplo debate do documento, durante a reunião ordinária do dia 02 de outubro de 2024 e devido a urgência da matéria, na reunião extraordinária no dia 04 de outubro de 2024, e aprovou com sugestões a referida minuta, encaminhando o presente Parecer a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer- SMEEL.

O Conselho Pleno recebeu a resposta da SMEEL no Ofício nº1989/SMEEL/2024 após análise do Comitê da Construção da Política Municipal de Educação em Tempo Integral.

2. Análise da minuta da Política de Educação em Tempo Integral

O presente parecer oferece sugestões para alguns artigos da minuta da Política de Educação em Tempo Integral, com propostas de supressão, alteração e complementação. As recomendações estão destacadas ao longo do texto:

MINUTA

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 1º Esta Resolução define diretrizes gerais a serem observadas na implantação da Política de Educação em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Mangaratiba.

Parágrafo Único. A política define as diretrizes e as concepções que contemplam a cadeia de ações que dela derivam e tem a função de orientar caminhos e estabelecer intencionalidades que fundamentam programas, projetos e estratégias.

DA CONCEPÇÃO

Art. 2º A Educação em Tempo Integral visa o desenvolvimento integral dos alunos, por intermédio dos mais **variados campos** do conhecimento, considerando o sujeito em sua condição multidimensional **(dimensões física, afetiva,** intelectual**, social e cultural),** possibilitando seu pleno desenvolvimento.

Art. 3º - A escola de tempo integral oferece uma carga horária mínima igual ou superior a sete horas diárias, garantindo mais tempo disponível de professores e de outros agentes sociais, que contribuem com a escola com atendimento diário aos estudantes em tempo contínuo, sem que haja fragmentação dos turnos letivos.

Parágrafo Único. Inclui-se nesse período o tempo destinado a toda e qualquer atividade escolar, devidamente planejada, respaldada na Proposta Pedagógica da Unidade Escolar, que envolva a participação de professores e alunos, exigindo o controle de frequência, conforme o disposto no Parecer CNE/CEB nº 05/2007 e Parecer CNE/CEB nº 16/2008.

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 4º A educação a ser desenvolvida na escola de tempo integral caracteriza-se por:

I. Envolver as várias áreas do saber, do desenvolvimento humano e social;
II. Buscar desenvolver habilidades e competências das dimensões físicas, sociais, culturais, intelectuais e emocionais, que se somam às cognitivas;
III. Desenvolver novas práticas, pedagógicas e de gestão que busquem um **currículo integrador colocando o aluno na centralidade dos processos educativos,** agregando as novas oportunidades de aprendizagem;
IV. Desenvolver atitudes, tanto no que se refere à cognição como a convivência social, que privilegiem os pilares da educação: o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser;
V. Discutir e construir na escola espaços de participação, favorecendo **integração dos saberes locais aos saberes acadêmicos aumentando a pertinência, a inclusão e os vínculos estabelecidos entre os estudantes com o conhecimento**, buscando a aprendizagem na perspectiva da cidadania, da diversidade e do respeito aos direitos humanos;

VI. **Buscar a garantia de uma gestão democrática,** compartilhando responsabilidades entre a escola e outras instituições, de modo a praticar uma educação mais ampla, com ações intencionais e intersetoriais, sendo da escola o papel de articuladora e gestora dos tempos e espaços;

VII. Incluir outros profissionais e atores sociais, em parcerias com outras instituições e/ou a comunidade, para atuarem com a escola na tarefa de educar integralmente, envolvendo as várias áreas do saber, do desenvolvimento humano e social.

DOS OBJETIVOS

Art. 5º A escola de tempo integral no Sistema Municipal de Ensino em Mangaratiba têm como objetivo principal promover um processo de desenvolvimento global dos educandos em uma **formação plena e cidadã** por meio da ampliação da jornada escolar baseada na diversificação de experiências educativas com atividades de acompanhamento pedagógico, dos mais **variados campos** do conhecimento com a interação familiar e inclusão social, Cidadania e Civismo, Meio Ambiente e Saúde, Multiculturalismo, Esporte e Lazer, Ciência e Tecnologia entre outras, que devem ser trabalhadas de forma interdisciplinar e transdisciplinar, considerando o contexto social dos sujeitos com vistas no desenvolvimento integral de bebês, crianças e adolescentes, por meio de um currículo integrado.

Parágrafo Único. São objetivos específicos da Educação em escolas de Tempo Integral no município de Mangaratiba:

I. Viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;

II. Melhorar as condições gerais para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas;

III. Atender os estudantes nas suas diferentes possibilidades e dificuldades procurando desenvolver habilidades para construir conhecimentos;

IV. Proporcionar atenção e proteção à infância e à adolescência;

V. Aprimorar a formação dos profissionais para o desenvolvimento de metodologias, de estratégias de ensino e de avaliação, a fim de possibilitar a aprendizagem dos estudantes;

VI. Promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais;

VII. Fomentar a oferta de matrículas em tempo integral, em observância à Meta 6 estabelecida pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

VIII. Acompanhar e aderir dentro das condições do Sistema Municipal de Ensino as ações promovidas pela Política Nacional de Educação Integral em tempo integral na educação básica;

IX. Promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta de jornada de tempo integral;

X. Fortalecer a colaboração da União com estados, municípios e o Distrito Federal para o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 2014;

XI. Orientar os estudantes em seu desenvolvimento pessoal, proporcionando alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico.

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 6º As escolas que ofertam a Educação em Tempo Integral, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Mangaratiba/ RJ, adotam como norteadores de suas ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I. Articular os componentes curriculares com diferentes campos do conhecimento e práticas socioculturais garantindo um Currículo rico e diversificado, com foco na aprendizagem significativa e na formação integral;

II. Ser flexível e contextualizado, adaptado às necessidades e interesses dos alunos e à realidade do seu entorno;

III. Cooperar para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo, espaço e das oportunidades educativas;

IV. Contribuir para a redução da reprovação e distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e o aproveitamento escolar;

V. Buscar a integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com as comunidades escolares;

VI. Envolver de forma ativa a comunidade escolar (alunos, famílias, educadores, gestores e comunidade local) na construção do projeto político-pedagógico da escola refletindo sobre os valores, objetivos e metodologias da escola em tempo integral;

VII. Fomentar e incentivar a formação de professores nas diversas áreas do conhecimento e nas temáticas voltadas para a educação integral;

VIII. Garantir condições adequadas de acessibilidade;

IX. Promover oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas para todos os alunos, buscando combater as desigualdades sociais.

Art. 7º As matrículas nas escolas de tempo integral atenderão as diretrizes estabelecidas em documentos oficiais em vigor, como a Portaria de Matrícula da Secretaria Municipal de Educação, vigente e observará:

I. Critérios de seleção e admissão dos alunos, conforme especificado nos regulamentos educacionais.
II. Capacidade de cada escola de tempo integral, levando em consideração suas instalações, recursos humanos e materiais disponíveis.
III. Normas e procedimentos para garantir a igualdade de oportunidades e a não discriminação no processo de matrícula.
IV. Prioridades estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, que podem incluir critérios como localidade de residência, situação socioeconômica, necessidades educacionais especiais, entre outros.
V. Cumprimento dos prazos e requisitos documentais exigidos para efetuar a matrícula, conforme estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

DAS ESCOLAS

Art. 8º A adesão à Política de Educação em Tempo Integral em escola de tempo integral é realizada pela Secretaria Municipal de Educação, e pelas comunidades escolares, tendo em vista a disponibilidade de espaço físico adequado, podendo ser oferecida em todas as modalidades da Educação Básica ofertadas pela Rede Municipal de Ensino.

§ 1º A escola deve apresentar, *a priori*, com suporte da Secretaria de Educação garantir condições adequadas para atendimento a educação em tempo integral, considerando condições físicas apropriadas, recursos materiais e equipamentos, equipe pedagógica qualificada e demais profissionais a compor o quadro de funcionários de acordo com o porte da escola, bem como programa educacional abrangente com a organização e funcionamento das ações intersetoriais e os itinerários percorridos.

§ 2º O caráter de organização dos espaços da escola, devem se dar em função de sua funcionalidade e das relações democráticas que devem prevalecer para além da dimensão física e, portanto, entendidos a partir dos usos, práticas e relações individuais e coletivas.

§ 3º As atividades serão desenvolvidas dentro do espaço escolar conforme a disponibilidade da escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do território em que está situada a unidade escolar, mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais aí existentes e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou entidades locais, sempre de acordo com o respectivo projeto político-pedagógico.

§ 4º As atividades programadas e desenvolvidas em espaços disponibilizados fora da escola (quintais, parques, museus, bibliotecas, igrejas, supermercados, etc.) são uma continuidade das atividades escolares, essenciais para o desenvolvimento dos estudantes.

§ 5º - Para a realização das atividades em espaços diversos poderá a escola viabilizar a organização variada das turmas de estudantes de tempo integral, considerando o nível de desempenho e/ou a faixa etária, devendo observar a capacidade e as especificidades de cada espaço e das atividades a serem desenvolvidas.

§ 6º - Os espaços e períodos destinados à alimentação de todos os envolvidos na unidade escolar devem ser previstos, planejados e organizados pela escola como um momento para a formação de hábitos alimentares saudáveis, de higiene pessoal, valores, boas maneiras e, acima de tudo, de socialização, convivência e interação entre todos.

§ 7º - As Escolas Municipais de Ensino Fundamental que implantarem o regime de Tempo Integral seguirão suas matrizes curriculares de acordo com Portaria da Secretaria Municipal de Educação, em vigor, que fixa as diretrizes para implantação das Matrizes Curriculares para a educação básica nas unidades escolares da rede pública e da outras providências considerando o capítulo destinado a Educação de Tempo Integral.

DA CARGA HORÁRIA

Art. 9º consideram-se matrículas em tempo integral aquelas em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou a 35 (trinta e cinco) horas semanais, em turno único.

§ 1º - Poderá o responsável, na ocasião da matrícula, optar pelo atendimento em tempo parcial de, no mínimo, 4h.

§ 2º - A Unidade Escolar, para melhor atendimento ao aluno, poderá indicar por meio de relatório técnico a oferta de tempo parcial.

Art. 10 O horário de funcionamento de cada escola será definido pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a comunidade escolar, desde que seja cumprida a carga horária mínima.

DA PROPOSTA PEDAGÓGICA E DO REGIMENTO ESCOLAR

Art. 11 Em conformidade com o Art. 37, da Resolução CNE/CEB nº 07/2010, a proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as

famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

Art. 12 A escola que oferece educação em tempo integral, deve ter regimento escolar em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola, aprovado pelo Conselho Escolar, o qual refletirá as concepções da proposta pedagógica e disciplinará as normas e princípios de organização e funcionamento da escola, segundo as orientações preconizadas na legislação própria, de modo que:

I. Apresente os fins e os objetivos da educação integral, acrescidos dos objetivos de cada etapa e modalidades de ensino oferecidos;
II. Explicite as concepções de ser humano e sociedade, de educação integral, de escola de tempo integral e da respectiva proposta pedagógica;
III. Fundamente a concepção de proposta curricular para a educação integral nesta escola, a integração das áreas do conhecimento e dos componentes curriculares da Base Nacional Comum com os componentes curriculares da Parte Diversificadas do município, das Oficinas Pedagógicas, e dos Projetos da escola;
IV. Descreva a metodologia utilizada pela escola;
V. Aponte os critérios de organização da escola: matrícula, calendário escolar, organização das turmas/agrupamentos de estudantes, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos estudantes com respectivas formas de registros, controle da frequência, entre outros;
VI. Indique as formas de gestão da escola, os recursos humanos e respectivas atribuições, os serviços oferecidos, bem como sobre o corpo discente, os colegiados e os pais ou responsáveis.

Parágrafo Único. O Regimento Escolar Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Mangaratiba, é apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, o qual deverá ser considerado base de seu regimento.

DO CURRÍCULO

Art. 13 O currículo da escola de tempo integral, concebido como um projeto educativo integrado, implica a ampliação da jornada escolar diária mediante o desenvolvimento de atividades como o acompanhamento pedagógico, o reforço e o aprofundamento da aprendizagem, a experimentação e a pesquisa, a cultura e as artes, o esporte e o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, a vivências e práticas

culturais dos grupos sociais de seus lugares de vivência, seja na cidade, seja no campo, alinhadas obrigatoriamente à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º A organização do currículo de educação integral na escola de tempo integral deverá se fundamentar nas características, interesses e necessidades dos estudantes, contemplando as áreas do conhecimento conforme a determinação legal vigente, bem como a incorporação de atividades formadoras, que entremeiam o currículo de modo flexível e variável.

§ 2º As áreas do conhecimento e as atividades formadoras devem propiciar a concretização da proposta pedagógica centrada na visão interdisciplinar e transdisciplinar.

§ 3º Na organização e gestão do currículo, as abordagens interdisciplinar e transdisciplinar devem ser consideradas pelo coletivo de cada escola, a fim de organizar as atividades com os estudantes, desde o planejamento do trabalho pedagógico, a gestão administrativa e pedagógica, a organização do tempo e do espaço físico e a seleção, disposição e utilização dos equipamentos e mobiliário da escola.

§ 4º A escola, obrigatoriamente, ofertará o acompanhamento pedagógico no período integral (atividades de reforço e recomposição).

Art. 14 São obrigatórios os registros de frequência, de realização das atividades, de materiais utilizados, de resultados de aprendizagens, permitindo, a qualquer tempo, a atuação dos órgãos de controle internos e externos.

DA METODOLOGIA

Art. 15 O coletivo de educadores de cada escola deve construir e efetivar uma metodologia capaz de atrair, envolver e comprometer cada criança e adolescente na busca pela aprendizagem individual e coletiva, propiciando às crianças e adolescentes a movimentação e apropriação das múltiplas possibilidades educacionais hoje existentes, a fim de desenvolver um espírito investigativo e empreendedor.

Parágrafo Único. A operacionalização do currículo se dá, inicialmente, através da escolha da abordagem didático-pedagógica interdisciplinar e transdisciplinar pela escola, que oriente a proposta pedagógica e resulte de pacto estabelecido entre os professores, funcionários, estudantes, profissionais de apoio não específicos da educação e da comunidade, subsidiando a organização do currículo, a definição de temas ou projetos e a constituição de redes de aprendizagem.

DA AVALIAÇÃO

Art. 16 A avaliação deve ser concebida como instrumento fundamental para fornecer informações sobre a realização do processo de ensino/aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo, tanto para o educador, a fim de se analisar os resultados de seu trabalho, quanto para o estudante verificar seu desempenho.

Art. 17 As escolas de Educação de Tempo Integral seguirão as diretrizes de avaliação estabelecidas na Portaria vigente da Secretaria Municipal de Educação.

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E SUAS ETAPAS

Art. 18 O Planejamento e a organização da Escola em Tempo Integral consideram o desenvolvimento dos estudantes fornecendo-lhes meios para a continuidade em seus estudos, contemplando suas necessidades, numa organização espaço/tempo que atenda suas peculiaridades, nos seus diferentes níveis e modalidades.

Art. 19 A Educação Infantil nas escolas municipais em tempo integral deverá:

I. Assegurar condições adequadas de infraestrutura e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais, garantindo sua proteção, cuidado e educação;
II. Proporcionar atividades que garantam o direito de aprendizagem e desenvolvimento aos moldes da Base Nacional Comum Curricular e conforme Documento Norteador Curricular do município de Mangaratiba;
III. Reconhecer as especificidades e singularidades infantis, num contexto que tome como referência as interações e brincadeiras;
IV. Organizar materiais, espaços e tempos que assegurem a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, e sociocultural da criança;
V. Considerar nos espaços e tempos as especificidades etárias, singularidade individuais e coletivas, das crianças favorecendo as interações, os deslocamentos e os movimentos amplos;
VI. Oportunizar os espaços de participação que favoreçam a integração das famílias e da comunidade escolar, nas ações da instituição de ensino;
VII. Criar redes de atendimento e proteção as crianças, em parcerias com diferentes segmentos públicos, como Ministério Público, Unidades de Saúde, Conselhos Tutelares, Centro de Referência da Assistência Social, entre outros, a fim de promover e qualificar o atendimento e a assistência à criança;

VIII. Promover o direito da vivência da infância em sua plenitude nos espaços das instituições educativas e em outros espaços articulados na cidade;

IX. Adequar as condições necessárias para alimentação, sono e banho, que atendam as necessidades e especificações das crianças, assegurando um ambiente aconchegante, estimulante e seguro;

X. Elaborar relatórios de avaliação descritiva, considerando as observações dos vários sujeitos que atuam com a criança, a partir da sua permanência na escola.

Art. 20 O Ensino Fundamental nas escolas de Educação Integral de tempo integral deverá:

I. Garantir a alfabetização em conformidade com as orientações legais e atividades de acompanhamento pedagógico nas diversas áreas do conhecimento aos educandos com dificuldade de aprendizagem;

II. Fortalecer as identidades sociais e individuais, a integração entre os componentes curriculares, a organização do trabalho pedagógico, a discussão de temáticas fundantes em cada área de conhecimento, com ênfase na alfabetização significativa e contextualizada, bem como possibilitar a criança o acesso qualificado ao mundo da escrita e leitura e atividades de integração entre família, escola e comunidade, estimulando atividades sociais, culturais, esportivas, de lazer, entre outras que favoreçam o desenvolvimento e o aproveitamento escolar;

III. Assegurar o conjunto de competências e habilidades de aprendizagens essenciais, que todos os alunos do território brasileiro, devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, que interrelacionam-se e desdobram-se no processo didático e devem guiar as ações pedagógicas dos professores.

Art. 21 O atendimento a educação inclusiva na escola de educação em tempo integral é garantido a todos os estudantes que a ela optarem.

DA GESTÃO DA ESCOLA E RECURSOS HUMANOS

Art. 22 Os critérios de organização do quadro de pessoal das escolas que atendem a educação integral em tempo integral precisam ser adequados a essa realidade.

§ 1° A escola de tempo integral necessita, preferencialmente, dos seguintes profissionais da educação com titulação prevista na legislação vigente:

a. Gestor Escolar – Liderar a instituição educacional nas áreas da gestão administrativa, pedagógica e de recursos humanos, de acordo com as legislações educacionais vigentes.

b. Profissional de suporte à docência - Responsável pelas diretrizes, orientação e acompanhamento do processo ensino-aprendizagem nas unidades escolares;

c. Professor regente das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares - Responsável pelas atividades pedagógicas trabalhando de forma articulada entre todas as áreas e currículos;

d. Professor regente da parte diversificadas (oficinas pedagógicas): Responsável pela realização das atividades das oficinas pedagógicas de acordo com os macrocampos previstos na Matriz Curricular do município, em portaria vigente.

§ 2º As atividades educativas são de responsabilidade dos gestores e dos professores da escola, contudo outros profissionais de apoio poderão contribuir no desenvolvimento do currículo, dentro e fora da escola, sob a orientação do profissional de suporte à docência.

§ 3º Cabe à direção e a equipe técnico-pedagógica propor e organizar espaços e tempos que permitam as articulações necessárias, de forma a realizar uma gestão integrada de toda a escola e, intersetorialmente, articulada às outras políticas públicas do Município.

§ 4º O desenvolvimento das atividades para uma educação integral também poderá envolver a gestão de ações com a colaboração das famílias, das empresas e das organizações sociais de forma a potencializar as ações educativas, respeitando a proposta pedagógica de cada escola, sendo esses colaboradores, aqueles que puderem disponibilizar de tempo, recursos, conhecimento, habilidade, trabalho, espaço e oportunidades para ampliar as vivências educativas proporcionadas aos estudantes.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Art. 23 O projeto político pedagógico da escola deverá ser elaborado e ou revisado em conformidade com a legislação vigente, explicitando como é realizado o trabalho da Educação de Tempo Integral em seu formato de Matriz Obrigatória do Ensino Fundamental e Matriz de Oficinas Pedagógicas.

Parágrafo único A construção do documento é coletiva, garantindo a participação de toda a comunidade escolar, apresentado ao conselho escolar para apreciação, contribuição na versão final e aprovação. Então terá caráter público sendo disponível para conhecimento de toda a comunidade escolar.

MATRÍCULA DOS ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL

Art. 24 O corpo discente será constituído, por educandos regularmente matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba.

Art. 25 As matrículas dos alunos na Escola de tempo integral deverão ser realizadas de acordo com as orientações expressas em Portaria em vigência, da Secretaria Municipal de Educação, **Esportes e Lazer**, que dispõe sobre o calendário para realização de matrículas nas escolas e deverá se efetuar.

Parágrafo Único. As unidades escolares de tempo parcial poderão ofertar matrículas em turmas de tempo integral, de acordo com o quadro de vaga.

Art. 26 As vagas e critérios de participação dos alunos matriculados atenderão aos critérios gerais para a formação das turmas de tempo integral:

I. A atividade pedagógica proposta deverá indicar o número mínimo e máximo de alunos por turma, levando em consideração a complexidade da atividade e a relação professor/alunos;
II. As atividades deverão contemplar alunos da Educação Especial;
III. Poderão participar das atividades somente alunos regularmente matriculados na Rede Pública Municipal, não havendo, a princípio necessidade de manter as mesmas turmas do ensino regular;
IV. As atividades poderão ocorrer em locais diversos da escola de matrícula regular do aluno, ou em locais externos a ela, desde que haja condições para o seu transporte e segurança;
V. A escola deverá priorizar a participação de alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, bem como as necessidades socioeducacionais, e considerar o contexto social descrito no Projeto Político Pedagógico da Escola;
VI. As Atividades Pedagógicas poderão ser socializadas por alunos e professores em eventos promovidos pela escola ou em âmbito municipal.

DAS AÇÕES PARA A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA

Art. 27 A Mantenedora e a escola de educação em tempo integral devem, previamente, realizar as ações necessárias, a saber:

I. Organizar equipe pedagógica, com a responsabilidade de implantar nas escolas, de forma gradativa, a política da educação integral e de dialogar com as comunidades escolares sobre a implantação. Essa equipe deve se voltar para as condições físicas e materiais, a estrutura de gestão nas diferentes instâncias, as práticas no modo de fazer a educação: administrativas, pedagógicas, políticas e sociais;
II. Contato com as equipes diretivas e professores da escola para: exposição da política e concepções; diagnóstico das escolas da Rede Municipal de Ensino e diagnóstico específico da realidade

socioeducacional da escola em questão, relato de experiências similares, debates e sugestões sobre a execução da proposta, entre outros:

III. Contato com a comunidade escolar e sociedade civil: palestras, encontros e debates com toda comunidade escolar e sociedade civil organizada para sensibilizar e estabelecer parcerias, mostrando os benefícios da educação integral em escola de tempo integral e divulgação através dos meios de comunicação;

IV. Definição da proposta pedagógica e do regimento escolar da educação integral em escola de tempo integral, bem como definição das atividades formadoras a serem implantadas ou implementadas para compor o currículo na parte diversificada;

V. Formação do quadro de pessoal: número de profissionais necessários; definição das funções e da titulação de cada profissional; distribuição de horários para professores e demais profissionais da educação; designação pela Mantenedora dos professores, e profissionais de apoio aos serviços de limpeza e alimentação, conforme legislação vigente;

VI. Infraestrutura da escola: adequar o espaço físico da escola em vista do novo currículo, conforme definições contidas na presente Resolução;

VII. Planejamento e organização da formação continuada e permanente de todos os profissionais da escola;

VIII. Planejamento e organização do monitoramento e avaliação da educação integral: reuniões pedagógicas com coordenação, professores, equipe diretiva; acompanhamento do desempenho escolar; reuniões com pais e parceiros da escola.

RECURSOS FINANCEIROS

Art.28 As despesas oriundas da implantação e manutenção das Escolas em Tempo Integral são realizadas com recursos da Secretaria Municipal de Educação, e/ou fontes provenientes de parcerias no formato de Regime de Colaboração com entes públicos e/ou privados, observada a aplicação exclusivamente em despesas para a manutenção e para o desenvolvimento do ensino, na forma prevista no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo Único. Todas as despesas relacionadas a Educação em Tempo Integral devem passar pelo crivo e autorização do Dirigente Municipal de Educação.

DAS COMPETÊNCIAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 29 Visando o alcance de resultados satisfatórios e a implementação do Projeto de Educação em Tempo Integral, ficam definidas as seguintes competências à administração Pública, observados os limites fiscal, pessoal e orçamentário.

I. Criar planejamento estratégico para fomentar a construção, consolidação e implantação da Política Pública de Educação em Tempo Integral no Município, considerando o número de estudantes a serem matriculados em tempo integral bem como de disponibilidade de estrutura básica como refeitório, banheiros, salas e demais espaços educativos, respeitando normas de acessibilidade para a inclusão de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida;
II. Ampliar e adequar, orientar e acompanhar, o processo da implantação da Educação em Tempo Integral;
III. Assegurar a manutenção das escolas que ofertam Educação em Tempo Integral;
IV. Viabilizar o financiamento do projeto nas escolas que passarem a integralizar a Educação em Tempo Integral;
V. Viabilizar, quando necessário, a construção, ampliação e adequação das escolas a fim de garantir espaços apropriados para desenvolver as atividades em tempo integral;
VI. Assegurar a ampliação da alimentação dos estudantes integrantes da proposta da Educação em Tempo Integral;
VII. Garantir a formação continuada dos profissionais envolvidos na Educação em Tempo Integral;
VIII. Proporcionar a alocação de quadros dos profissionais da educação assegurando a quantidade suficiente para atender à expansão do tempo na educação integral, respeitando as condições legais e orçamentárias vigentes.

Art. 30 Compete à Secretaria Municipal de Educação

I. Orientar e acompanhar, o processo da implantação da Educação em Tempo Integral, envolvendo a comunidade escolar, a família e sociedade em geral sobre a necessidade e a importância da Educação Integral, seus benefícios e as mudanças na rotina escolar em virtude de sua implementação;
II. Proporcionar formação continuada aos profissionais de Educação em Tempo Integral, possibilitando educação de qualidade e a valorização profissional;
III. Assessorar pedagogicamente e conjuntamente com a coordenação pedagógica do município e a coordenação do projeto, a elaboração e a execução das propostas curriculares da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada;
IV. Orientar as escolas na execução e Implementação do Projeto;
V. Selecionar profissionais quando necessário a compor atividades no projeto.

Art. 31 Compete às escolas:

I. Adequar seus regimentos internos e Proposta Pedagógica ao contexto de Educação em Tempo Integral;

II. Ter um plano escolar próprio, o qual refletirá as concepções da proposta Pedagógica e disciplinará as normas e princípios de organização;

III. Apontar os critérios de organização da escola, especificando seu regime escolar, matrícula, calendário escolar, organização das turmas/agrupamentos de estudantes, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos estudantes com respectivas formas de registros, conselho de classe, estudos de recuperação, controle da frequência, classificação, progressões, aceleração de estudos, avanço, transferência, aproveitamento de estudos e adaptação, reclassificação e certificação;

IV. A formação continuada em serviço para o corpo docente e demais profissionais que atuam na educação integral em escola de tempo integral é de suma importância, a fim de buscar a superação das dificuldades encontradas no cotidiano da tarefa educativa, considerando seus diferentes perfis, contextos e as inovações que se impõem como exigências, interesses e expectativas das atuais gerações;

V. Operacionalizar as ações do projeto in loco, garantindo a efetivação da proposta e acompanhando os resultados;

VI. Acompanhar a frequência dos estudantes a serem contemplados com a educação em tempo integral;

VII. Adequar os espaços existentes no ambiente escolar ou extraescolares que possam favorecer a implementação e efetivação das atividades propostas no projeto.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 A oferta da Educação Integral em escola de tempo integral, será pauta de avaliação contínua pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, os **quais terão** por finalidade avaliar os resultados e benefícios proporcionados pela oferta da Educação Integral, podendo em caráter deliberativo determinar o fim das atividades parcialmente ou total, em caso de constatada inobservância as normas previstas nesta Resolução.

Art. 33 Caberá à Secretaria Municipal de Educação, instituir Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal de Educação de Tempo Integral, na rede municipal de ensino.

Parágrafo Único. A Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal de Educação de Tempo Integral deverá contemplar, em sua composição, representantes da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, representante de gestor, de professor e de técnicos de suporte pedagógico de escolas de tempo integral, representante da comunidade, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação.

Art. 34 Os casos omissos a esta Resolução serão apreciados pela Secretaria Municipal de Educação, e/ou pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 35 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

II-VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, **opino** no sentido da aprovação da minuta da Política da Educação em Tempo Integral, submetendo o Parecer para Deliberação do Conselho Pleno.

III – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

Após análise e discussão do Parecer exarado pela ilustre Relatora, decidem, por não haver nenhum impedimento e tendo sido obedecidas as normas vigentes, acompanhar o voto da relatora, pela **APROVAÇÃO**, por **unanimidade,** do presente parecer.

Mangaratiba, 27 de novembro de 2024.

Ariane Rossane de Oliveira

Relatora

ANTÔNIA LUCIANA DOS SANTOS VIDAL	
BRUNA PEREIRA RANGEL	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
CRISTIANE DOS SANTOS PEREIRA DE FREITAS	
GERLAINE DA FONSECA SILVA REIS	
JULIANA FERRE SULIANO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO	
MABIANE RODRIGUES OLIVEIRA DA SILVA	
RACHEL MARTINS BARRAL	

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

Resolução CME Nº 02, de 27 de novembro de 2024.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 1º Esta Resolução define diretrizes gerais a serem observadas na implantação da Política de Educação em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Mangaratiba.

Parágrafo Único. A política define as diretrizes e as concepções que contemplam a cadeia de ações que dela derivam e tem a função de orientar caminhos e estabelecer intencionalidades que fundamentam programas, projetos e estratégias.

DA CONCEPÇÃO

Art. 2º A Educação em Tempo Integral visa o desenvolvimento integral dos alunos, por intermédio dos mais variados campos do conhecimento, considerando o sujeito em sua condição multidimensional (dimensões física, afetiva, intelectual, social e cultural), possibilitando seu pleno desenvolvimento.

Art. 3º - A escola de tempo integral oferece uma carga horária mínima igual ou superior a sete horas diárias, garantindo mais tempo disponível de professores e de outros agentes sociais, que contribuem com a escola com atendimento diário aos estudantes em tempo contínuo, sem que haja fragmentação dos turnos letivos.

Parágrafo Único. Inclui-se nesse período o tempo destinado a toda e qualquer atividade escolar, devidamente planejada, respaldada na Proposta Pedagógica da Unidade Escolar,

que envolva a participação de professores e alunos, exigindo o controle de frequência, conforme o disposto no Parecer CNE/CEB nº 05/2007 e Parecer CNE/CEB nº 16/2008.

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 4º A educação a ser desenvolvida na escola de tempo integral caracteriza-se por:

I. Envolver as várias áreas do saber, do desenvolvimento humano e social;
II. Buscar desenvolver habilidades e competências das dimensões físicas, sociais, culturais, intelectuais e emocionais, que se somam às cognitivas;
III. Desenvolver novas práticas, pedagógicas e de gestão que busquem um currículo integrador colocando o aluno na centralidade dos processos educativos, agregando as novas oportunidades de aprendizagem;
IV. Desenvolver atitudes, tanto no que se refere à cognição como a convivência social, que privilegiem os pilares da educação: o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser;
V. Discutir e construir na escola espaços de participação, favorecendo integração dos saberes locais aos saberes acadêmicos aumentando a pertinência, a inclusão e os vínculos estabelecidos entre os estudantes com o conhecimento, buscando a aprendizagem na perspectiva da cidadania, da diversidade e do respeito aos direitos humanos;
VI. Buscar a garantia de uma gestão democrática, compartilhando responsabilidades entre a escola e outras instituições, de modo a praticar uma educação mais ampla, com ações intencionais e intersetoriais, sendo da escola o papel de articuladora e gestora dos tempos e espaços;
VII. Incluir outros profissionais e atores sociais, em parcerias com outras instituições e/ou a comunidade, para atuarem com a escola na tarefa de educar integralmente, envolvendo as várias áreas do saber, do desenvolvimento humano e social.

DOS OBJETIVOS

Art. 5º A escola de tempo integral no Sistema Municipal de Ensino em Mangaratiba têm como objetivo principal promover um processo de desenvolvimento global dos

educandos em uma formação plena e cidadã por meio da ampliação da jornada escolar baseada na diversificação de experiências educativas com atividades de acompanhamento pedagógico, dos mais variados campos do conhecimento com a interação familiar e inclusão social, Cidadania e Civismo, Meio Ambiente e Saúde, Multiculturalismo, Esporte e Lazer, Ciência e Tecnologia entre outras, que devem ser trabalhadas de forma interdisciplinar e transdisciplinar, considerando o contexto social dos sujeitos com vistas no desenvolvimento integral de bebês, crianças e adolescentes, por meio de um currículo integrado.

Parágrafo Único. São objetivos específicos da Educação em escolas de Tempo Integral no município de Mangaratiba:

I. Viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;
II. Melhorar as condições gerais para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens pedagógicas;
III. Atender os estudantes nas suas diferentes possibilidades e dificuldades procurando desenvolver habilidades para construir conhecimentos;
IV. Proporcionar atenção e proteção à infância e à adolescência;
V. Aprimorar a formação dos profissionais para o desenvolvimento de metodologias, de estratégias de ensino e de avaliação, a fim de possibilitar a aprendizagem dos estudantes;
VI. Promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais;
VII. Fomentar a oferta de matrículas em tempo integral, em observância à Meta 6 estabelecida pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;
VIII. Acompanhar e aderir dentro das condições do Sistema Municipal de Ensino as ações promovidas pela Política Nacional de Educação Integral em tempo integral na educação básica;
IX. Promover a equalização de oportunidades de acesso e permanência na oferta de jornada de tempo integral;
X. Fortalecer a colaboração da União com estados, municípios e o Distrito Federal para o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 2014;

XI. Orientar os estudantes em seu desenvolvimento pessoal, proporcionando alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico.

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 6º As escolas que ofertam a Educação em Tempo Integral, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Mangaratiba/ RJ, adotam como norteadores de suas ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I. Articular os componentes curriculares com diferentes campos do conhecimento e práticas socioculturais garantindo um Currículo rico e diversificado, com foco na aprendizagem significativa e na formação integral;
II. Ser flexível e contextualizado, adaptado às necessidades e interesses dos alunos e à realidade do seu entorno;
III. Cooperar para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo, espaço e das oportunidades educativas;
IV. Contribuir para a redução da reprovação e distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e o aproveitamento escolar;
V. Buscar a integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com as comunidades escolares;
VI. Envolver de forma ativa a comunidade escolar (alunos, famílias, educadores, gestores e comunidade local) na construção do projeto político-pedagógico da escola refletindo sobre os valores, objetivos e metodologias da escola em tempo integral;
VII. Fomentar e incentivar a formação de professores nas diversas áreas do conhecimento e nas temáticas voltadas para a educação integral;
VIII. Garantir condições adequadas de acessibilidade;
IX. Promover oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas para todos os alunos, buscando combater as desigualdades sociais.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

Art. 7º As matrículas nas escolas de tempo integral atenderão as diretrizes estabelecidas em documentos oficiais em vigor, como a Portaria de Matrícula da Secretaria Municipal de Educação, vigente e observará:

I. Critérios de seleção e admissão dos alunos, conforme especificado nos regulamentos educacionais.
II. Capacidade de cada escola de tempo integral, levando em consideração suas instalações, recursos humanos e materiais disponíveis.
III. Normas e procedimentos para garantir a igualdade de oportunidades e a não discriminação no processo de matrícula.
IV. Prioridades estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, que podem incluir critérios como localidade de residência, situação socioeconômica, necessidades educacionais especiais, entre outros.
V. Cumprimento dos prazos e requisitos documentais exigidos para efetuar a matrícula, conforme estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

DAS ESCOLAS

Art. 8º A adesão à Política de Educação em Tempo Integral em escola de tempo integral é realizada pela Secretaria Municipal de Educação, e pelas comunidades escolares, tendo em vista a disponibilidade de espaço físico adequado, podendo ser oferecida em todas as modalidades da Educação Básica ofertadas pela Rede Municipal de Ensino.

§ 1º A escola deve apresentar, *a priori*, com suporte da Secretaria de Educação garantir condições adequadas para atendimento a educação em tempo integral, considerando condições físicas apropriadas, recursos materiais e equipamentos, equipe pedagógica qualificada e demais profissionais a compor o quadro de funcionários de acordo com o porte da escola, bem como programa educacional abrangente com a organização e funcionamento das ações intersetoriais e os itinerários percorridos.

§ 2º O caráter de organização dos espaços da escola, devem se dar em função de sua funcionalidade e das relações democráticas que devem prevalecer para além da dimensão física e, portanto, entendidos a partir dos usos, práticas e relações individuais e coletivas.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

§ 3º As atividades serão desenvolvidas dentro do espaço escolar conforme a disponibilidade da escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do território em que está situada a unidade escolar, mediante a utilização de equipamentos sociais e culturais aí existentes e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou entidades locais, sempre de acordo com o respectivo projeto político-pedagógico.

§ 4º As atividades programadas e desenvolvidas em espaços disponibilizados fora da escola (quintais, parques, museus, bibliotecas, igrejas, supermercados, etc.) são uma continuidade das atividades escolares, essenciais para o desenvolvimento dos estudantes.

§ 5º - Para a realização das atividades em espaços diversos poderá a escola viabilizar a organização variada das turmas de estudantes de tempo integral, considerando o nível de desempenho e/ou a faixa etária, devendo observar a capacidade e as especificidades de cada espaço e das atividades a serem desenvolvidas.

§ 6º - Os espaços e períodos destinados à alimentação de todos os envolvidos na unidade escolar devem ser previstos, planejados e organizados pela escola como um momento para a formação de hábitos alimentares saudáveis, de higiene pessoal, valores, boas maneiras e, acima de tudo, de socialização, convivência e interação entre todos.

§ 7º - As Escolas Municipais de Ensino Fundamental que implantarem o regime de Tempo Integral seguirão suas matrizes curriculares de acordo com Portaria da Secretaria Municipal de Educação, em vigor, que fixa as diretrizes para implantação das Matrizes Curriculares para a educação básica nas unidades escolares da rede pública e da outras providências considerando o capítulo destinado a Educação de Tempo Integral.

DA CARGA HORÁRIA

Art. 9º Consideram-se matrículas em tempo integral aquelas em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou a 35 (trinta e cinco) horas semanais, em turno único.

§ 1º - Poderá o responsável, na ocasião da matrícula, optar pelo atendimento em tempo parcial de, no mínimo, 4h.

§ 2º - A Unidade Escolar, para melhor atendimento ao aluno, poderá indicar por meio de relatório técnico a oferta de tempo parcial.

Art. 10 O horário de funcionamento de cada escola será definido pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a comunidade escolar, desde que seja cumprida a carga horária mínima.

DA PROPOSTA PEDAGÓGICA E DO REGIMENTO ESCOLAR

Art. 11 Em conformidade com o Art. 37, da Resolução CNE/CEB nº 07/2010, a proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

Art. 12 A escola que oferece educação em tempo integral, deve ter regimento escolar em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola, aprovado pelo Conselho Escolar, o qual refletirá as concepções da proposta pedagógica e disciplinará as normas e princípios de organização e funcionamento da escola, segundo as orientações preconizadas na legislação própria, de modo que:

I. Apresente os fins e os objetivos da educação integral, acrescidos dos objetivos de cada etapa e modalidades de ensino oferecidos;
II. Explicite as concepções de ser humano e sociedade, de educação integral, de escola de tempo integral e da respectiva proposta pedagógica;
III. Fundamente a concepção de proposta curricular para a educação integral nesta escola, a integração das áreas do conhecimento e dos componentes curriculares da

Base Nacional Comum com os componentes curriculares da Parte Diversificadas do município, das Oficinas Pedagógicas, e dos Projetos da escola;

IV. Descreva a metodologia utilizada pela escola;

V. Aponte os critérios de organização da escola: matrícula, calendário escolar, organização das turmas/agrupamentos de estudantes, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos estudantes com respectivas formas de registros, controle da frequência, entre outros;

VI. Indique as formas de gestão da escola, os recursos humanos e respectivas atribuições, os serviços oferecidos, bem como sobre o corpo discente, os colegiados e os pais ou responsáveis.

Parágrafo Único. O Regimento Escolar Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Mangaratiba, é apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, o qual deverá ser considerado base de seu regimento.

DO CURRÍCULO

Art. 13 O currículo da escola de tempo integral, concebido como um projeto educativo integrado, implica a ampliação da jornada escolar diária mediante o desenvolvimento de atividades como o acompanhamento pedagógico, o reforço e o aprofundamento da aprendizagem, a experimentação e a pesquisa, a cultura e as artes, o esporte e o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, a vivências e práticas culturais dos grupos sociais de seus lugares de vivência, seja na cidade, seja no campo, alinhadas obrigatoriamente à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º A organização do currículo de educação integral na escola de tempo integral deverá se fundamentar nas características, interesses e necessidades dos estudantes, contemplando as áreas do conhecimento conforme a determinação legal vigente, bem como a incorporação de atividades formadoras, que entremeiam o currículo de modo flexível e variável.

§ 2º As áreas do conhecimento e as atividades formadoras devem propiciar a concretização da proposta pedagógica centrada na visão interdisciplinar e transdisciplinar.

§ 3º Na organização e gestão do currículo, as abordagens interdisciplinar e transdisciplinar devem ser consideradas pelo coletivo de cada escola, a fim de organizar as atividades com os estudantes, desde o planejamento do trabalho pedagógico, a gestão administrativa e pedagógica, a organização do tempo e do espaço físico e a seleção, disposição e utilização dos equipamentos e mobiliário da escola.

§ 4º A escola, obrigatoriamente, ofertará o acompanhamento pedagógico no período integral (atividades de reforço e recomposição).

Art. 14 São obrigatórios os registros de frequência, de realização das atividades, de materiais utilizados, de resultados de aprendizagens, permitindo, a qualquer tempo, a atuação dos órgãos de controle internos e externos.

DA METODOLOGIA

Art. 15 O coletivo de educadores de cada escola deve construir e efetivar uma metodologia capaz de atrair, envolver e comprometer cada criança e adolescente na busca pela aprendizagem individual e coletiva, propiciando às crianças e adolescentes a movimentação e apropriação das múltiplas possibilidades educacionais hoje existentes, a fim de desenvolver um espírito investigativo e empreendedor.

Parágrafo Único. A operacionalização do currículo se dá, inicialmente, através da escolha da abordagem didático-pedagógica interdisciplinar e transdisciplinar pela escola, que oriente a proposta pedagógica e resulte de pacto estabelecido entre os professores, funcionários, estudantes, profissionais de apoio não específicos da educação e da comunidade, subsidiando a organização do currículo, a definição de temas ou projetos e a constituição de redes de aprendizagem.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

DA AVALIAÇÃO

Art. 16 A avaliação deve ser concebida como instrumento fundamental para fornecer informações sobre a realização do processo de ensino/aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo, tanto para o educador, a fim de se analisar os resultados de seu trabalho, quanto para o estudante verificar seu desempenho.

Art. 17 As escolas de Educação de Tempo Integral seguirão as diretrizes de avaliação estabelecidas na Portaria vigente da Secretaria Municipal de Educação.

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E SUAS ETAPAS

Art. 18 O Planejamento e a organização da Escola em Tempo Integral consideram o desenvolvimento dos estudantes fornecendo-lhes meios para a continuidade em seus estudos, contemplando suas necessidades, numa organização espaço/tempo que atenda suas peculiaridades, nos seus diferentes níveis e modalidades.

Art. 19 A Educação Infantil nas escolas municipais em tempo integral deverá:

I. Assegurar condições adequadas de infraestrutura e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais, garantindo sua proteção, cuidado e educação;
II. Proporcionar atividades que garantam o direito de aprendizagem e desenvolvimento aos moldes da Base Nacional Comum Curricular e conforme Documento Norteador Curricular do município de Mangaratiba;
III. Reconhecer as especificidades e singularidades infantis, num contexto que tome como referência as interações e brincadeiras;
IV. Organizar materiais, espaços e tempos que assegurem a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, e sociocultural da criança;

V. Considerar nos espaços e tempos as especificidades etárias, singularidade individuais e coletivas, das crianças favorecendo as interações, os deslocamentos e os movimentos amplos;

VI. Oportunizar os espaços de participação que favoreçam a integração das famílias e da comunidade escolar, nas ações da instituição de ensino:

VII. Criar redes de atendimento e proteção as crianças, em parcerias com diferentes segmentos públicos, como Ministério Público, Unidades de Saúde, Conselhos Tutelares, Centro de Referência da Assistência Social, entre outros, a fim de promover e qualificar o atendimento e a assistência à criança;

VIII. Promover o direito da vivência da infância em sua plenitude nos espaços das instituições educativas e em outros espaços articulados na cidade;

IX. Adequar as condições necessárias para alimentação, sono e banho, que atendam as necessidades e especificações das crianças, assegurando um ambiente aconchegante, estimulante e seguro;

X. Elaborar relatórios de avaliação descritiva, considerando as observações dos vários sujeitos que atuam com a criança, a partir da sua permanência na escola.

Art. 20 O Ensino Fundamental nas escolas de Educação Integral de tempo integral deverá:

I. Garantir a alfabetização em conformidade com as orientações legais e atividades de acompanhamento pedagógico nas diversas áreas do conhecimento aos educandos com dificuldade de aprendizagem:

II. Fortalecer as identidades sociais e individuais, a integração entre os componentes curriculares, a organização do trabalho pedagógico, a discussão de temáticas fundantes em cada área de conhecimento, com ênfase na alfabetização significativa e contextualizada, bem como possibilitar a criança o acesso qualificado ao mundo da escrita e leitura e atividades de integração entre família, escola e comunidade, estimulando atividades sociais, culturais, esportivas, de lazer, entre outras que favoreçam o desenvolvimento e o aproveitamento escolar:

III. Assegurar o conjunto de competências e habilidades de aprendizagens essenciais, que todos os alunos do território brasileiro, devem desenvolver ao longo das etapas

e modalidades da Educação Básica, que interrelacionam-se e desdobram-se no processo didático e devem guiar as ações pedagógicas dos professores.

Art. 21 O atendimento a educação inclusiva na escola de educação em tempo integral é garantido a todos os estudantes que a ela optarem.

DA GESTÃO DA ESCOLA E RECURSOS HUMANOS

Art. 22 Os critérios de organização do quadro de pessoal das escolas que atendem a educação integral em tempo integral precisam ser adequados a essa realidade.

§ 1º A escola de tempo integral necessita, preferencialmente, dos seguintes profissionais da educação com titulação prevista na legislação vigente:

a. Gestor Escolar – Liderar a instituição educacional nas áreas da gestão administrativa, pedagógica e de recursos humanos, de acordo com as legislações educacionais vigentes.
b. Profissional de suporte à docência - Responsável pelas diretrizes, orientação e acompanhamento do processo ensino-aprendizagem nas unidades escolares;
c. Professor regente das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares - Responsável pelas atividades pedagógicas trabalhando de forma articulada entre todas as áreas e currículos;
d. Professor regente da parte diversificadas (oficinas pedagógicas): Responsável pela realização das atividades das oficinas pedagógicas de acordo com os macrocampos previstos na Matriz Curricular do município, em portaria vigente.

§ 2º As atividades educativas são de responsabilidade dos gestores e dos professores da escola, contudo outros profissionais de apoio poderão contribuir no desenvolvimento do currículo, dentro e fora da escola, sob a orientação do profissional de suporte à docência.

§ 3º Cabe à direção e a equipe técnico-pedagógica propor e organizar espaços e tempos que permitam as articulações necessárias, de forma a realizar uma gestão integrada de toda a escola e, intersetorialmente, articulada às outras políticas públicas do Município.

§ 4º O desenvolvimento das atividades para uma educação integral também poderá envolver a gestão de ações com a colaboração das famílias, das empresas e das organizações sociais de forma a potencializar as ações educativas, respeitando a proposta pedagógica de cada escola, sendo esses colaboradores, aqueles que puderem disponibilizar de tempo, recursos, conhecimento, habilidade, trabalho, espaço e oportunidades para ampliar as vivências educativas proporcionadas aos estudantes.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Art. 23 O projeto político pedagógico da escola deverá ser elaborado e ou revisado em conformidade com a legislação vigente, explicitando como é realizado o trabalho da Educação de Tempo Integral em seu formato de Matriz Obrigatória do Ensino Fundamental e Matriz de Oficinas Pedagógicas.

Parágrafo único A construção do documento é coletiva, garantindo a participação de toda a comunidade escolar, apresentado ao conselho escolar para apreciação, contribuição na versão final e aprovação. Então terá caráter público sendo disponível para conhecimento de toda a comunidade escolar.

MATRÍCULA DOS ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL

Art. 24 O corpo discente será constituído, por educandos regularmente matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba.

Art. 25 As matrículas dos alunos na Escola de tempo integral deverão ser realizadas de acordo com as orientações expressas em Portaria em vigência, da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer, que dispõe sobre o calendário para realização de matrículas nas escolas e deverá se efetuar.

Parágrafo Único. As unidades escolares de tempo parcial poderão ofertar matrículas em turmas de tempo integral, de acordo com o quadro de vaga.

Art. 26 As vagas e critérios de participação dos alunos matriculados atenderão aos critérios gerais para a formação das turmas de tempo integral:

I. A atividade pedagógica proposta deverá indicar o número mínimo e máximo de alunos por turma, levando em consideração a complexidade da atividade e a relação professor/alunos;
II. As atividades deverão contemplar alunos da Educação Especial;
III. Poderão participar das atividades somente alunos regularmente matriculados na Rede Pública Municipal, não havendo, a princípio necessidade de manter as mesmas turmas do ensino regular;
IV. As atividades poderão ocorrer em locais diversos da escola de matrícula regular do aluno, ou em locais externos a ela, desde que haja condições para o seu transporte e segurança;
V. A escola deverá priorizar a participação de alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, bem como as necessidades socioeducacionais, e considerar o contexto social descrito no Projeto Político Pedagógico da Escola;
VI. As Atividades Pedagógicas poderão ser socializadas por alunos e professores em eventos promovidos pela escola ou em âmbito municipal.

DAS AÇÕES PARA A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA

Art. 27 A Mantenedora e a escola de educação em tempo integral devem, previamente, realizar as ações necessárias, a saber:

I. Organizar equipe pedagógica, com a responsabilidade de implantar nas escolas, de forma gradativa, a política da educação integral e de dialogar com as comunidades escolares sobre a implantação. Essa equipe deve se voltar para as condições físicas e materiais, a estrutura de gestão nas diferentes instâncias, as práticas no modo de fazer a educação: administrativas, pedagógicas, políticas e sociais;
II. Contato com as equipes diretivas e professores da escola para: exposição da política e concepções; diagnóstico das escolas da Rede Municipal de Ensino e diagnóstico específico da realidade socioeducacional da escola em questão, relato de

experiências similares. debates e sugestões sobre a execução da proposta. entre outros:

III. Contato com a comunidade escolar e sociedade civil: palestras, encontros e debates com toda comunidade escolar e sociedade civil organizada para sensibilizar e estabelecer parcerias, mostrando os benefícios da educação integral em escola de tempo integral e divulgação através dos meios de comunicação;

IV. Definição da proposta pedagógica e do regimento escolar da educação integral em escola de tempo integral, bem como definição das atividades formadoras a serem implantadas ou implementadas para compor o currículo na parte diversificada;

V. Formação do quadro de pessoal: número de profissionais necessários; definição das funções e da titulação de cada profissional; distribuição de horários para professores e demais profissionais da educação; designação pela Mantenedora dos professores. e profissionais de apoio aos serviços de limpeza e alimentação, conforme legislação vigente;

VI. Infraestrutura da escola: adequar o espaço físico da escola em vista do novo currículo, conforme definições contidas na presente Resolução;

VII. Planejamento e organização da formação continuada e permanente de todos os profissionais da escola;

VIII. Planejamento e organização do monitoramento e avaliação da educação integral: reuniões pedagógicas com coordenação, professores, equipe diretiva; acompanhamento do desempenho escolar; reuniões com pais e parceiros da escola.

RECURSOS FINANCEIROS

Art.28 As despesas oriundas da implantação e manutenção das Escolas em Tempo Integral são realizadas com recursos da Secretaria Municipal de Educação, e/ou fontes provenientes de parcerias no formato de Regime de Colaboração com entes públicos e/ou privados, observada a aplicação exclusivamente em despesas para a manutenção e para o desenvolvimento do ensino, na forma prevista no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo Único. Todas as despesas relacionadas a Educação em Tempo Integral devem passar pelo crivo e autorização do Dirigente Municipal de Educação.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

DAS COMPETÊNCIAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 29 Visando o alcance de resultados satisfatórios e a implementação do Projeto de Educação em Tempo Integral, ficam definidas as seguintes competências à administração Pública, observados os limites fiscal, pessoal e orçamentário.

I. Criar planejamento estratégico para fomentar a construção, consolidação e implantação da Política Pública de Educação em Tempo Integral no Município, considerando o número de estudantes a serem matriculados em tempo integral bem como de disponibilidade de estrutura básica como refeitório, banheiros, salas e demais espaços educativos, respeitando normas de acessibilidade para a inclusão de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida;
II. Ampliar e adequar, orientar e acompanhar, o processo da implantação da Educação em Tempo Integral;
III. Assegurar a manutenção das escolas que ofertam Educação em Tempo Integral;
IV. Viabilizar o financiamento do projeto nas escolas que passarem a integralizar a Educação em Tempo Integral;
V. Viabilizar, quando necessário, a construção, ampliação e adequação das escolas a fim de garantir espaços apropriados para desenvolver as atividades em tempo integral;
VI. Assegurar a ampliação da alimentação dos estudantes integrantes da proposta da Educação em Tempo Integral;
VII. Garantir a formação continuada dos profissionais envolvidos na Educação em Tempo Integral;
VIII. Proporcionar a alocação de quadros dos profissionais da educação assegurando a quantidade suficiente para atender à expansão do tempo na educação integral, respeitando as condições legais e orçamentárias vigentes.

Art. 30 Compete à Secretaria Municipal de Educação

I. Orientar e acompanhar, o processo da implantação da Educação em Tempo Integral, envolvendo a comunidade escolar, a família e sociedade em geral sobre a necessidade

e a importância da Educação Integral, seus benefícios e as mudanças na rotina escolar em virtude de sua implementação;

II. Proporcionar formação continuada aos profissionais de Educação em Tempo Integral, possibilitando educação de qualidade e a valorização profissional;

III. Assessorar pedagogicamente e conjuntamente com a coordenação pedagógica do município e a coordenação do projeto, a elaboração e a execução das propostas curriculares da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada;

IV. Orientar as escolas na execução e Implementação do Projeto;

V. Selecionar profissionais quando necessário a compor atividades no projeto.

Art. 31 Compete às escolas:

I. Adequar seus regimentos internos e Proposta Pedagógica ao contexto de Educação em Tempo Integral;

II. Ter um plano escolar próprio, o qual refletirá as concepções da proposta Pedagógica e disciplinará as normas e princípios de organização;

III. Apontar os critérios de organização da escola, especificando seu regime escolar, matrícula, calendário escolar, organização das turmas/agrupamentos de estudantes, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos estudantes com respectivas formas de registros, conselho de classe, estudos de recuperação, controle da frequência, classificação, progressões, aceleração de estudos, avanço, transferência, aproveitamento de estudos e adaptação, reclassificação e certificação;

IV. A formação continuada em serviço para o corpo docente e demais profissionais que atuam na educação integral em escola de tempo integral é de suma importância, a fim de buscar a superação das dificuldades encontradas no cotidiano da tarefa educativa, considerando seus diferentes perfis, contextos e as inovações que se impõem como exigências, interesses e expectativas das atuais gerações;

V. Operacionalizar as ações do projeto in loco, garantindo a efetivação da proposta e acompanhando os resultados;

VI. Acompanhar a frequência dos estudantes a serem contemplados com a educação em tempo integral;

VII. Adequar os espaços existentes no ambiente escolar ou extraescolares que possam favorecer a implementação e efetivação das atividades propostas no projeto.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 A oferta da Educação Integral em escola de tempo integral, será pauta de avaliação contínua pela Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, os quais terão por finalidade avaliar os resultados e benefícios proporcionados pela oferta da Educação Integral, podendo em caráter deliberativo determinar o fim das atividades parcialmente ou total, em caso de constatada inobservância as normas previstas nesta Resolução.

Art. 33 Caberá à Secretaria Municipal de Educação, instituir Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal de Educação de Tempo Integral, na rede municipal de ensino.

Parágrafo Único. A Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal de Educação de Tempo Integral deverá contemplar, em sua composição, representantes da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, representante de gestor, de professor e de técnicos de suporte pedagógico de escolas de tempo integral, representante da comunidade, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação.

Art. 34 Os casos omissos a esta Resolução serão apreciados pela Secretaria Municipal de Educação, e/ou pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 35 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANGARATIBA aprova, pelos conselheiros abaixo listados, a presente Resolução.

Mangaratiba, 27 de novembro de 2024.

Cristiane dos Santos Pereira de Freitas
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Juliana Terra Suliano
Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação

Conselheiros presentes:

ARIANE ROSSANE DE OLIVEIRA	
ANTÔNIA LUCIANA DOS SANTOS VIDAL	
BRUNA PEREIRA RANGEL	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
GERLAINE DA FONSECA SILVA REIS	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
LIDIANE HILÁRIO DA CONCEIÇÃO	
MABIANE RODRIGUES OLIVEIRA DA SILVA	
RACHEL MARTINS BARRAL	

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

PORTARIA SMEEL Nº 45, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO QUADRO DE VAGAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL – CEIMs E INSTITUIÇÕES CONVENIADAS PARA O ANO LETIVO DE 2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E LAZER, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando, o Edital nº 02/SMEEL/2024 que estabelece as diretrizes do processo de cadastro, atendimento e matrícula dos alunos da Educação Infantil Municipal para o ano letivo de 2025, nos Centros de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino e Instituições Conveniadas de Mangaratiba, em especial no item 1.1.

Art.1º Divulgar o quadro de vagas a serem ofertadas nos Centros de Educação Infantil Municipal – CEIMs e Instituições Conveniadas para o ano letivo de 2025, de acordo com o item 3.1 do Edital nº 02/SMEEL/2024, conforme o anexo I nesta portaria,

Art.2º Esta portaria estrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 10 de dezembro de 2024.

Brena da Costa Maia
Secretária Municipal de Educação, Esportes e Lazer
Matr. 1596

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS - 2025					
Nº	CEIMs	BERÇÁRIO A	BERÇÁRIO B	NÍVEL 1	NÍVEL 2
1	CEIM DAISE MARIA PIRES DOS SANTOS	15	03	02	01
2	CEIM AARÃO DE MOURA BRITO FILHO	19	17	03	01
3	CEIM NORMA PINHEIRO CARDOSO	X	07	24	11
4	CEIM Prof.ª CYBELE RÉA J. RUZZI	X	X	14	14
5	CEIM Prof.ª SÁRA CÂMARA DA ROCHA	20	18	05	01
6	CEIM Prof.ª MARCIA LAURENTINO F. MOREIRA	10	10	X	X
7	CEIM DAVI DE OLIVEIRA BROJO	X	28	X	X
8	CEIM MEREND. DEVANY DE M. DA SILVA	X	X	17	02
9	CEIM DENISE MENDES LOPES DE SOUZA	20	27	26	21
10	CEIM FREI AFFONSO JORGE BRAGA	39	23	03	06
11	CEIM SANTA JUSTINA	X	X	09	0
12	CEIM LAURA JACOBINA LACOMBE	X	06	13	0
13	CRECHE PINGUINHO DE GENTE	X	36	16	21
14	CENTRO EDUCACIONAL REBRAL	X	40	12	23
TOTAL		123	215	144	101
TOTAL DE VAGAS		583			

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 12/11/2024
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia dose do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca sito à Rua Domingos Januzzi – Nº 60, Centro, no Município de Mangaratiba, CEP 23860-000, foi realizada a sessão ordinária da Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba - RJ, estando presente o Presidente **Ricardo Gicquel da Silva**, a Secretária Geral **Leilane Avilez de Siqueira**, os membros, **Gleice da Silva Santos**, **Robson da Silva Mattos**, **Ivan Pereira Fernandes**, **Amauri Braz Pereira Bento**, **Jairo de Oliveira Tenorio**, **Flavio de Araújo Silva**, **Marcos Rodrigo de Oliveira Medeiros**, **Sergio Gustavo de Oliveira e Marcos Antonio Sousa de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada no dia sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, o Presidente passou à ordem do dia estipulada na própria Sessão: **1)** Avaliação do Decreto n° 4.020 de 29 de janeiro de 2019. Passando para o **primeiro item da ordem do dia,** o Presidente solicitou aos membros que dessem início a avaliação do Decreto n° 4.020 sobre a organização da feira agroecológica de produtos e derivados da agricultura familiar em todo município de Mangaratiba. Dentre todas as análises, vale destacar que o membro **Sergio Gustavo de Oliveira** colocou em questão a importância da expansão da feira da agricultura familiar para todo o município com objetivo de potencializar a escoação da produção dos agricultores. Haja vista que, hoje a feira se limita a praça Roberto Simões localizada no centro de Mangaratiba as terças e sextas. A Membro **Gleice da Silva Santos** complementou que boa parte dos agricultores se encontram com dificuldades de mobilidades para participar da feira devido as distâncias como a Fazenda Ingaíba e Serra do Piloto. O Membro **Amauri Braz Pereira Bento**, reiterou que a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca como prevê o **Art. 8º** deste decreto, vem dando suporte a alguns agricultores que moram distantes e que a feira ao menos tem funcionado de maneira regular. O Membro **Marco Antonio Souza de Oliveira** sugeriu que a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deve se empenhar em captar recursos, a fim de propor aos agricultores apoio logístico quanto a mobilidade para garantir o funcionamento pleno das feiras em outros distritos de Mangaratiba. Ainda com a palavra, **Marcos Antonio Souza de Oliveira** reiterou que a saúde econômica de uma categoria depende da participação efetiva do poder público conduzindo sua comunidade ao progresso econômico e o enriquecimento cultural. Após o término das avaliações, o Presidente declarou encerrada a sessão às dezoito horas e trinta um minuto do dia dose de novembro de dois mil e vinte e quatro da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim Leilane Avilez de Siqueira, Secretária Geral, que depois de lida e achada conforme segue assinada pelos presentes.

Ricardo Gicquel da Silva
Presidente da Comissão

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

Membro: Gleice da Silva Santos Gleice da Silva Santos
Membro: Robson da Silva Mattos Robson da Silva Mattos
Membro: Sergio Gustavo de Oliveria Gustavo Oliveira
Membro: Amauri Braz Pereira Bento Amauri Braz Pereira Bento
Membro: Jairo de Oliveira Tenorio Jairo de Oliveira Tenorio
Membro: Marcos Rodrigo de Oliveira Medeiros Marcos Rodrigo de Oliveira Medeiros
Membro: Marcos Antonio Sousa de Oliveira
Membro: Ivan Pereira Fernandes
Membro: Flavio de Araújo Silva

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 21/11/2024
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte seis do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca sito à Rua Domingos Januzzi – Nº 60, Centro, no Município de Mangaratiba, CEP 23860-000, foi realizada a sessão ordinária da Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba - RJ, estando presente o Presidente **Ricardo Gicquel da Silva**, a Secretária Geral **Leilane Avilez de Siqueira**, os membros **Gleice da Silva Santos, Robson da Silva Mattos, Ivan Pereira Fernandes, Amauri Braz Pereira Bento, Jairo de Oliveira Tenorio, Flavio de Araújo Silva, Marcos Rodrigo de Oliveira Medeiros, Sergio Gustavo de Oliveira e Marcos Antonio Sousa de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada no dia dose de novembro de dois mil e vinte e quatro, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, o Presidente passou à ordem do dia estipulada na própria Sessão: **1)** Aplicação do Decreto n° 4020 de 29 de janeiro de 2019. Passando para o **primeiro item da ordem do dia,** o Presidente solicitou aos membros que dessem início a avaliação do Decreto n° 4020 sobre a organização da feira agroecológica de produtos e derivados da agricultura familiar em todo município de Mangaratiba. Dentre todas as análises, vale destacar que o membro **Rodrigo de Oliveira Medeiros** mencionou sobre a viabilidade para expansão das feiras em ruas públicas, uma vez que, o munícipio de Mangaratiba abriga em seus respectivos distritos uma série de nuances, no que tange, a dificuldade de implementar as feiras em locais com maior fluxo de pessoas devido ao trânsito e comércio local. O membro **Sergio Gustavo de Oliveira** colocou em consideração que apesar dos distritos apresentarem suas respectivas complexidades, ainda à de se observar que para além do comércio local, existem as feiras populares que o município promove aos finais de semana em alguns distritos. O Membro **Ivan Pereira Fernandes** colocou em questão a possibilidade de se elaborar um zoneamento dentro do município com calendário para a feira Agroecológica ou integrar a feira Agroecológica às feiras populares já existentes. O **Presidente** pediu a palavra e reiterou a importância da expansão, no entanto, a de se observar que o Decreto nº 4.020 no **Art. 1º,** trata-se da criação de uma feira Agroecológica com certas condicionantes previstas no **Art. 9º** sobre não permitir a comercialização de produtos e derivados que não estejam ligados a Agricultura familiar. Sendo assim, para integrar a feira Agroecológica à outra feira, o Decreto n° 4.020 deve ser regulamentado. Observando que o agricultor não está impedido de participar de forma voluntária dessas feiras populares, no entanto, o mesmo arcará com os custos que porventura os organizadores venham estabelecer sobre os feirantes. Após o término das avaliações, o Presidente declarou encerrada a sessão às dezoito horas e trinta e três minuto do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e quatro da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim Leilane Avilez de Siqueira, Secretária Geral, que depois de lida e achada conforme segue assinada pelos presentes.

Ricardo Gicquel da Silva
Presidente da Comissão

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

Membro: Gleice da Silva Santos Gleice da Silva Santos
Membro: Robson da Silva Mattos Robson da Silva Mattos
Membro: Sergio Gustavo de Oliveria Gustavo Oliveira
Membro: Amauri Braz Pereira Bento Amauri Braz Pereira Bento
Membro: Jairo de Oliveira Tenorio
Membro: Marcos Rodrigo de Oliveira Medeiros Marcos Rodrigo de Oliveira
Membro: Marcos Antonio Sousa de Oliveira
Membro: Ivan Pereira Fernandes
Membro: Flavio de Araújo Silva

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 26/11/2024
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte seis do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca sito à Rua Domingos Januzzi – Nº 60, Centro, no Município de Mangaratiba, CEP 23860-000, foi realizada a sessão ordinária da Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba - RJ, estando presente o Presidente **Ricardo Gicquel da Silva**, a Secretária Geral **Leilane Avilez de Siqueira**, os membros **Gleice da Silva Santos, Robson da Silva Mattos, Ivan Pereira Fernandes, Amauri Braz Pereira Bento, Jairo de Oliveira Tenorio, Flavio de Araújo Silva, Marcos Rodrigo de Oliveira Medeiros, Sergio Gustavo de Oliveira e Marcos Antonio Sousa de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada no dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e quatro, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, o Presidente passou à ordem do dia estipulada na própria Sessão: **1)** Aplicação do Decreto n° 4.020 de 29 de janeiro de 2019. Passando para o **primeiro item da ordem do dia,** o Presidente solicitou aos membros que dessem início a avaliação do Decreto n° 4.020 sobre a organização da feira agroecológica de produtos e derivados da agricultura familiar em todo município de Mangaratiba. Dentre todas as análises, vale destacar que o membro **Jairo de Oliveira Tenorio** colocou em questão a ausência de um selo de inspeção municipal para produtos processados na feira agroecológica. Ainda com a palavra, o membro **Jairo de Oliveira Tenorio** informou que até momento, a maioria dos produtos processados como a banana passas, hoje disponibilizada na merenda escolar através do PNAE, apesar de não possuir o rigor de certas restrições sanitárias com relação a outros processados, se faz necessário a implementação de um selo de inspeção. O Membro **Flavio de Araújo Silva** reiterou que a existência de um selo de inspeção municipal é de extrema importância, haja vista, que a existência de um selo municipal é fundamental para estabelecer o controle através da inspeção de derivados de leites que podem apresentar riscos significativos a população. Após o término das avaliações, o Presidente declarou encerrada a sessão às dezoito horas e trinta e um minuto do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim Leilane Avilez de Siqueira..... Leilane Avilez de Siqueira, Secretária Geral, que depois de lida e achada conforme segue assinada pelos presentes.

Ricardo Gicquel da Silva
Ricardo Gicquel da Silva
Presidente da Comissão

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

Membro: Gleice da Silva Santos Gleice da Silva Santos
Membro: Robson da Silva Mattos Robson da Silva Mattos
Membro: Sergio Gustavo de Oliveria Gustavo Oliveira
Membro: Amauri Braz Pereira Bento Amauri Braz Pereira Bento
Membro: Jairo de Oliveira Tenorio Jairo de Oliveira Tenorio
Membro: Marcos Rodrigo de Oliveira Medeiros Marcos Rodrigo de O. Medeiros.
Membro: Marcos Antonio Sousa de Oliveira
Membro: Ivan Pereira Fernandes
Membro: Flavio de Araújo Silva

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 05/12/2024
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia cinco do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e quatro, na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca sito à Rua Domingos Januzzi – Nº 60, Centro, no Município de Mangaratiba, CEP 23860-000, foi realizada a sessão ordinária da Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba - RJ, estando presente o Presidente **Ricardo Gicquel da Silva**, a Secretária Geral **Leilane Avilez de Siqueira**, os membros **Gleice da Silva Santos, Robson da Silva Mattos, Ivan Pereira Fernandes, Amauri Braz Pereira Bento, Jairo de Oliveira Tenorio, Flavio de Araújo Silva, Marcos Rodrigo de Oliveira Medeiros, Sergio Gustavo de Oliveira e Marcos Antonio Sousa de Oliveira**. Antes da abertura da Sessão, o Presidente colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada no dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Aproveitando a oportunidade, o Presidente passou à ordem do dia estipulada na própria Sessão: **1)** Lei nº 1.485 de março de 2023, que autoriza a abertura de frente de trabalho, celebração de convênios, contratos e parcerias em época de defeso e outras providencias; **2)** considerações; **3)** Aprovação da Ata. Passando para o **primeiro item da ordem do dia,** o Presidente solicitou aos membros que dessem início a avaliação da Lei nº 1.485/23, no que tange, a implementação de contratos e parcerias em época do Defeso. Dentre todas as avaliações, vale destacar que, o membro **Robson da Silva Mattos** mencionou que o **Art. 9°** faz referência o tipo de defeso, se referindo a espécie de camarão. No entanto á de se observa, que as frotas náuticas que compreendem a pescaria de arrasto não possuem licença para operarem na Baía de Sepetiba. Portanto, essas embarcações não estão aptas a receberem o (defeso municipal), uma vez que, esse seja o motivo pelo qual o Governo Federal interrompeu o (defeso federal) do camarão nas áreas compreendida de Sepetiba, Itaguaí e Mangaratiba. O membro **Jairo de Oliveira Tenorio** fez uma observação sobre as modalidades de pescarias, sendo a única modalidade de arrasto dentro da APA permitida na isóbata de 6 metros, compreendida da Ilha do Marinheiro até a Ilha do Sahy, estando permitida apenas a pescaria de arrasto simples. O membro **Sergio Gustavo de Oliveira** colocou em observação que a legislação federal para a pescaria de emalhe não proíbe o pescador artesanal em época de defeso a capturar o (camarão branco), portanto, nunca existiu recebimento de defeso do camarão federal para pescarias de emalhe. Passando para o **segundo item da ordem do dia**, o **Presidente** comunicou aos membros desta comissão que os trabalhos serão interrompidos devido ao recesso que se iniciará no dia 20/12/2024, e que até a presente data, a **Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca** estará se preparando para a transição da próxima gestão que se iniciará em 01/01/25. A saber que o funcionamento e a composição desta comissão estará sujeita a alteração e disponibilidade dos novos membros de acordo com o novo gestor da pasta.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
Comissão Permanente de Avaliação de Políticas Públicas de Agricultura e Pesca no Município de Mangaratiba

Passando para o **terceiro item da ordem do dia**, o **Presidente** colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária realizada neste dia cinco do doze de dois mil e vinte quatro, sendo a mesma aprovada pelos presentes. Após o término dos trabalhos, o Presidente agradeceu a participação de todos os membros, parabenizando-os pela excelente contribuição e declarou encerrada a sessão às dezoito horas e cinquenta e dois minuto do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e quatro da qual lavrei a presente Ata, que assinada por mim ..... **Leilane Avilez de Siqueira**, Secretária Geral, que depois de lida e achada conforme segue assinada pelos presentes.

Ricardo Gicquel da Silva
Presidente da Comissão

Membro: Gleice da Silva Santos
Membro: Robson da Silva Mattos
Membro: Sergio Gustavo de Oliveria
Membro: Amauri Braz Pereira Bento
Membro: Jairo de Oliveira Tenorio
Membro: Marcos Rodrigo de Oliveira Medeiros
Membro: Marcos Antonio Sousa de Oliveira
Membro: Ivan Pereira Fernandes
Membro: Flavio de Araújo Silva

D.O.M.

Diário Oficial do Município de Mangaratiba
*11 de Dezembro de 2024 - Ano XX - N° **2184***

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nivea Marques
Talita Girão

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Cristiane Mello
Hugo Borges
Renan Ferreira Vasconcellos

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal